

# PROPOSTA-13

revista a serviço da educação de base



XILOGRAVURA: JOSE COSTA LEITE

P R O P O S T A  
REVISTA A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO DE BASE

DEZEMBRO - 1979, nº 13

TRIMESTRAL

ANO 3

---

EDITORIAL 3

ARTIGOS

Ricardo Abramovay	5	É possível trabalhar com os bóias-frias?
Jaime Teixeira Jaime Santos	14	Comitês Democráticos Populares: Luta social e luta política em Belém - 1945
Tereza Cristina L.de Serejo	26	Coronéis sem patente: A modernização conservadora no sertão pernambucano
José Veiga	41	A questão democrática e o trabalhador rural
	45	Balanço de uma greve controvertida
PAINEL	63	
SERVIÇO	75	

---

PROPOSTA, revista a serviço da educação de base, é editada pela FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; Rua das Palmeiras, 90, Rio de Janeiro (RJ). Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy. Conselho de Redação: Ademar Andrade Bertucci, Antônio Ivo de Carvalho, João Luís van Tilburg, Joaquim Alcides T. Ribeiro, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Ziléa Reznik. Diagramação: Julio Simões. Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe. Impressão: Vickson de Souza Viana. Assinatura anual: Cr\$ 170,00; número avulso: Cr\$ 45,00. Enviar cheques nominais à FASE. Exterior; assinatura anual: US\$ 20,00; pagos através de "International Money Order" nominal à FASE.

---

## EDITORIAL

---

*Conselho de Redação*

Uma rápida passada de olhos nos acontecimentos deste ano de 1979 traz de imediato à mente um conjunto de evidências que antecipam os desafios que o Movimento Popular deverá enfrentar em 1980.

O aprofundamento da crise econômica e política que hoje perpassa a sociedade brasileira, a dificuldade do bloco dominante encontrar e propor saídas estáveis diante de sua própria divisão interna e, sobretudo, diante do movimento emergente das massas trabalhadoras, são, por exemplo, constatações que não devem fazer esquecer a debilidade política que ainda caracteriza o Movimento Popular como um todo.

Seja através de medidas de força, seja através de medidas de cooperação, a grande meta do sistema hoje é neutralizar e esvaziar os movimentos de massa. Resistir a essas investidas implica em compreender que, para o Movimento Popular, mais do que nunca, trata-se não somente de crescer quantitativamente, mas sobretudo de avançar em qualidade política e orgânica.

Nesse sentido, não bastam mais as definições e apelos genéricos de luta contra a exploração e a opressão. Importa é saber como levar adiante essa luta; que instrumentos e formas de organização utilizar; que conteúdos principalizar a cada momento; como expressar politicamente as lutas populares; como construir a unidade política e prática do movimento na escala em que se faz hoje necessário.

A pretensão de Proposta é, dentro de seus limites e possibilidades, colocar-se a serviço desse debate, mantendo permanentemente suas páginas abertas a contribuições diversificadas a respeito de temas de interesse para o Movimento Popular.

Reforma agrária, greve dos metalúrgicos paulistas, coronelismo, bôias-frias, relação entre política e luta social, são temas abor dados neste número, ora de um ângulo mais teórico, ora sob uma ótica histórica, ora numa abordagem político-prática.

---

## E POSSIVEL TRABALHAR COM OS BOIAS-FRIAS? (1)

---

• Ricardo Abramovay\*

A Comissão Pastoral da Terra do Paraná pretende iniciar um trabalho sistemático com bóias-frias na região norte do Estado. A preocupação com a situação de miséria, instabilidade, marginalização social, cultural e mesmo religiosa dos assalariados volantes existe há bastante tempo na CPT e é compartilhada inclusive por setores expressivos do próprio movimento sindical. Esta preocupação é acentuada pelo fato de que - com raras exceções - os assalariados volantes estão fora dos sindicatos e distantes das comunidades de base da Igreja, não apresentando, aparentemente, nenhuma forma de organização estável e permanente. Todos sabem que esta é uma situação que não se refere apenas ao Estado do Paraná, mas que caracteriza de forma praticamente geral as condições de vida dos assalariados volantes em todo o País. Daí a necessidade de uma reflexão aprofunda

da em torno do trabalho que nos propomos a fazer. Na medida mesmo em que o trabalho está começando agora, não vamos tentar fornecer respostas, mas antes levantar questões que, assim o esperamos, podem interessar àqueles que, por uma razão ou outra, estão interessados neste tipo de atividade.

---

(1) Este texto foi escrito para uma discussão interna da Comissão Pastoral da Terra do Paraná. Seu caráter não conclusivo vem do fato de ter sido escrito para uma discussão e não para publicação. Apesar disto julgamos que as questões que ele apresenta são de interesse para o leitor de Proposta. As opiniões emitidas representam exclusivamente o ponto de vista do autor e não o da Comissão Pastoral da Terra do Paraná.

---

\* Pesquisador da FASE é Assessor da Comissão Pastoral da Terra do Paraná.

## UMA ORGANIZAÇÃO UTÓPICA?

A miséria absoluta em que vive o bôia-fria não se explica pelo fato de ele ser um trabalhador assalariado, nem tampouco pela natureza volante de seu trabalho, mas sim pela sua quase completa desorganização no plano da luta reivindicativa. Não há dúvida de que hoje em nosso País, bôia-fria é um dos mais gritantes sinônimos da miséria absoluta em que vivem milhões de trabalhadores rurais. Mas não se pode dizer que esta é uma condição social por si só miserável, como se os trabalhadores volantes não tivessem condições de se organizar para reagir diante do atual estado em que vivem. Recentemente, os trabalhadores rurais do Estado de Pernambuco deram a seus companheiros em todo o País a prova mais evidente de que os volantes também podem participar juntamente com os assalariados permantes das lutas por melhores condições de vida e de trabalho. Com efeito, dos vinte mil trabalhadores que entraram em greve no início de outubro na zona da mata de Pernambuco, cerca de oito mil eram volantes.

Esta fé na possibilidade de um trabalho junto aos volantes e a firme esperança de que eles virão a se organizar para (juntamente com o conjunto dos assalariados) conquistar, de sua própria iniciativa, as condições necessárias à sua emancipação social, são pressupostos básicos para o desenvolvimento de nossa atividade. Se acreditarmos que o volante, por ser volante, nunca terá capacidade de se organizar enquanto tal, não passaremos, é claro de um trabalho assistencial que, como sabemos, em muito pouco contribuiria para a melhoria de suas condições de existência. Este ponto nos parece importante pois não são poucos aqueles que afirmam que o problema do bôia-fria está na sua própria condição social de bôia-fria. Esta afirmação tem a seguinte consequência prática: a resolução do "problema do bôia-fria" não passa fundamentalmente por sua organização, por sua mobilização organizada na luta pela defesa de seus interesses de classe, mas sim pelo abandono de sua condição social assalariada. Esta nos parece ser a filosofia de alguns trabalhos de tipo assistencia

lista onde são desenvolvidas roças comunitárias com os volantes. Não temos nada contra as roças comunitárias, em princípio. Mas consideramos que o essencial de nosso trabalho não deve estar voltado para a perspectiva de o volante deixar de ser um assalariado e se transformar num pequeno camponês, mas sim para a luta por melhores condições de vida e de trabalho dentro de sua condição social atual, ou seja, enquanto assalariado. Trata-se fundamentalmente de contribuir para a organização dos assalariados e não de abrir uma hipotética possibilidade para que os assalariados se transformem em camponeses.

A estabilidade no trabalho é, bem entendido, um dos pontos mais importantes desta luta. Mas o ponto de partida inclusive desta reivindicação está no reconhecimento de que os volantes terão de se organizar enquanto volantes para conquistá-la. Se nós formos esperar que a organização dos volantes venha como consequência da estabilidade no trabalho, como resultado da eliminação do trabalho volante, podemos cruzar os braços, pois isto não acontece

nunca. Ao contrário, é da organização dos volantes que depende a conquista da estabilidade no trabalho. Portanto, o primeiro passo a ser dado para que possamos começar o nosso trabalho é a superação do preconceito de que, por sua própria condição social, o bóia-fria é avesso à organização e não tem condições de se mobilizar em torno da luta reivindicativa. É neste sentido, no sentido de sua organização, que devemos investir o essencial de nossos esforços.

#### O QUE NOS UNE AOS VOLANTES?

Reconhecer a possibilidade de os bóias-frias se organizarem não significa, é claro, fechar os olhos para as inúmeras dificuldades que existem neste sentido. Nosso objetivo aqui não é o de estudar estas dificuldades (2). Acreditamos mesmo que a compreensão das raízes da desmobilização dos vo

---

(2) Remeto o leitor ao texto "O Sindicalismo de Trabalhadores Rurais no Estado do Paraná", a ser publicado brevemente na revista "Encontros com a Civilização Brasileira", onde discutido de maneira mais aprofundada este problema.

lantes virã com o desenvolvimento do próprio trabalho. Queremos levantar alguns problemas que se referem ao início deste trabalho, isto é, a forma como estabeleceremos contato com a população junto a qual queremos trabalhar.

Quando dizemos que é necessário começar um trabalho com bôias-frias estamos partindo de duas suposições básicas, de cuja veracidade (é importante sublinhar) não temos plena garantia:

a) Os trabalhadores assalariados volantes não possuem nenhum tipo de organização mais ou menos permanente para lutar por seus interesses de classe. Mesmo aqueles sindicatos que se interessam pelos bôias-frias, raramente contam com uma participação decisiva dos volantes em seu interior. Não temos conhecimento também de nenhum movimento reivindicatório mais amplo envolvendo os assalariados volantes. Esta impressão de desorganização não é só nossa, mas se estende também ao movimento sindical.

b) Não existem agentes (sejam da Igreja, sejam do movimento sindical) realizando de forma sistemática um traba-

lho de organização junto aos bôias-frias. Vários sindicatos e dioceses mostram-se dispostos a iniciar um trabalho neste sentido, mas ao que tudo indica, não há nenhum trabalho já desenvolvido.

Estes dois fatores (a desorganização da classe e a ausência de uma militância sindical ou pastoral junto a ela) fazem com que nosso trabalho tenha um caráter fundamentalmente artificial: ele não se fundamenta sobre vínculos já existentes entre nós mesmos e o setor social com o qual queremos trabalhar. Vejamos mais de perto em que consiste esta artificialidade.

a) Esta não é uma iniciativa que parte dos próprios trabalhadores assalariados volantes. Ela parte de agentes que estão socialmente distantes dos bôias-frias, que não compartilham de nenhuma forma de seu universo cultural, ideológico, etc. Os agentes que nós colocaremos para fazer este trabalho não são eles mesmos bôias-frias e a iniciativa de realizar o trabalho não parte de um grupo de bôias-frias.

b) Mas mesmo que nós colocássemos um bôia-fria para fa-

zer o trabalho ou então que um agente de pastoral se transformasse em bôia-fria, esta distância entre o nosso trabalho e o setor social que pretendemos atingir não deixaria de existir. Isto porque a distância não consiste simplesmente numa diferença de classe social. Ela consiste em algo mais sério: na falta completa de vínculos com qualquer tipo de liderança da classe e portanto com qualquer tipo de agregação comunitária já existente entre os bôias-frias. A distância entre nós e os volantes não se explica pelo fato de não sermos volantes, mas sim pelo fato de não termos com eles, enquanto classe, nenhum contato. Examinemos esta idéia com um pouco mais de atenção.

Quando um operário se torna dirigente, ou melhor, permanente sindical, ele deixa de participar diretamente do processo social de criação da riqueza. Ele sai da fábrica e atua fundamentalmente (embora não exclusivamente, é claro) na sede do sindicato. Ele sabe que para a sede do sindicato convergem os operários mais avançados, as lideranças mais consesquentes. Por outro lado, ele

conhece (a menos que se trate de um pelego sem nenhum contato real com a classe) os líderes nas fábricas, ele tem em suma, aquilo que poderíamos chamar de um contato orgânico com a classe: ele não se relaciona com indivíduos, mas com a coletividade que ele representa. Ele conhece as formas de organização da classe e suas lideranças de base.

Inversamente, o fato de um indivíduo de origem não operária (um estudante pequeno burguês, ou um intelectual) se converter num operário pode sem dúvida ser uma experiência pessoal bastante rica, mas não garante de forma alguma o vínculo orgânico com a classe, que mencionávamos acima. Transformando-se num operário, este indivíduo fará a experiência pessoal da exploração, da opressão, da falta de liberdade existente no interior da fábrica, em suma, ele poderá ter uma experiência subjetivamente enriquecedora. Mas objetivamente, o simples fato de ele se tornar operário em nada ajuda a organização da classe. A sua existência social operária não lhe garante os vínculos orgânicos com as lideranças da classe.

Um assessor de movimento sindical, por outro lado, pode dar uma contribuição importante para a luta, auxiliando na organização dos trabalhadores e na reflexão que estes fazem sobre os destinos do movimento. Mas este auxílio só será efetivo se ele tiver vínculos orgânicos com o movimento. O essencial aqui não é a disposição pessoal (embora este seja um dado importante), o despojamento, a renúncia a sua própria condição social e sim a natureza dos vínculos que unem o agente à classe. Se estes vínculos passam por exemplo, por um movimento sindical autêntico, se eles são de tal natureza que o agente é reconhecido enquanto assessor do movimento, sua atuação poderá ser mais eficaz do que se ele entrar diretamente na produção. Isto não significa uma condenação daqueles que optaram por estabelecer contatos com a classe trabalhadora através da renúncia a sua própria condição social e da entrada na produção. Mas é preciso ter claro que esta renúncia em si mesma pode resolver um problema subjetivo do agente mas não é suficiente para resolver a questão dos vínculos entre o agent

te e a classe.

O caráter artificial do nosso trabalho é dado portanto pela ausência destes vínculos. E a transformação de um agente em bóia-fria não resolve por si só este problema, nem o fato de um agente morar num bairro de bóias-frias. A localização geográfica do agente (da mesma forma que sua localização social) não é suficiente para resolver este problema da falta de vínculos orgânicos com a classe.

#### O QUE UNE OS VOLANTES?

Constatamos (embora sem a segurança de que esta constatação seja realmente correta) que os bóias-frias estão ausentes tanto dos sindicatos quanto das comunidades de base. No entanto, o fato de os volantes estarem desorganizados no plano da luta reivindicativa não significa que eles não tenham nenhuma forma de agregação social. A imagem do trabalhador isolado, buscando desesperadamente cuidar apenas de seus interesses e praticamente sem convívio regular com os companheiros é provavelmente uma caricatura. É possível que os bóias-frias encontrem por exemplo

em religiões não católicas uma forma de agregação comunitária. Pode ser que esta ocorra nos locais de partida e de chegada para o trabalho ou então nos bares e armazéns. Seja como for, o conhecimento destas formas elementares de agregação comunitária é importante para a realização do nosso trabalho por dois motivos:

a) Conhecendo estas formas de agregação comunitária poderemos saber em torno do que se dá a identidade social do grupo. Nós sabemos que o bôia-fria é um assalariado rural volante, na maior parte das vezes (no Norte do Paraná) um proletário puro. Como tal, seus interesses sociais são proletários: ele está motivado a lutar por melhores salários, por estabilidade no emprego, por melhores condições de trabalho, etc. Esta definição no entanto é exterior ao próprio grupo em questão. Para nós, o bôia-fria é um bôia-fria, mas pra ele mesmo, o que ele é? Como se identifica socialmente? Se, por exemplo, do seu ponto de vista, ele é um camponês que perdeu a terra, mas que logo recuperará a sua condição social camponesa, sua a

titude diante da classe a qual ele atualmente pertence será uma. Se ele percebe que não há meio de mudar de classe social, que não há esperança de deixar de ser bôia-fria, a atitude será outra bastante diferente. O conhecimento das formas de agregação comunitária as mais elementares, nos permitirá saber como o próprio grupo se identifica socialmente e mais que isso: em torno do que precisamente o grupo se identifica, em torno do que ele se constitui para ele mesmo enquanto uma comunidade. A simples definição sociológica do bôia-fria como um assalariado rural não resolve este problema. Se, a partir desta definição básica, tentarmos contribuir para organizar a classe, sem conhecer previamente como esta agora se organiza sob as formas as mais elementares, estaremos seguramente fazendo um furo na água. A função do agente (e este é um ponto que me parece fundamental) não é a de inventar formas de organização e de luta para os trabalhadores, mas de contribuir para que eles desenvolvam quanto a sua extensão e aprofundem quanto ao seu conteúdo e objetivos

as formas de organização e de luta já existentes. Sem conhecermos estas formas elementares de organização e de luta dificilmente alcançaríamos sucesso em nosso trabalho.

b) Mas existe um outro motivo pelo qual este conhecimento me parece essencial. Ao que tudo indica, os bôias-frias não somente estão distantes dos sindicatos e das comunidades de base, como também do convívio com qualquer outro setor social: eles estão distantes dos pequenos proprietários, parceiros, etc. Um agente de pastoral atualmente trabalhando como bôia-fria no Norte do Paraná me dizia recentemente que quando o caminhão passava pela cidade cheio de trabalhadores, estes se escondiam embaixo do chapéu para não serem vistos. Os pequenos proprietários, grande parte das vezes não identificam o bôia-fria como um aliado em sua luta e não há uma convivência entre os dois setores no plano das formas de agregação comunitária. As comunidades de base no Norte do Paraná são compostas na sua esmagadora maioria por pequenos proprietários, parceiros, arrendatários,

etc. Ou seja, trata-se de uma organização identificada a um setor social determinado.

Ora, se fôssemos começar um trabalho com os bôias-frias com o objetivo de integrá-los a comunidades de base, poderíamos nos chocar contra o sério obstáculo de que as comunidades estão dominadas por um setor com o qual eles não se identificam socialmente. Neste caso, dificilmente nosso trabalho seria bem sucedido. Portanto é fundamental partirmos não daquilo que nós achamos que é melhor para o grupo em questão, mas daquilo que o próprio grupo já vem fazendo, como ele vem se agrupando. E para isso é necessário um conhecimento específico que o simples conceito de bôia-fria não nos fornece.

#### QUEM SOMOS NÓS?

Constatamos acima a distância que nós separa do setor social com o qual pretendemos trabalhar. Vimos também que esta distância é de tal ordem que não temos conhecimento sequer das formas mais elementares de organização e de luta da população. Este último ponto refe

re-se a nós mesmos: é fundamental que façamos uma discussão aprofundada sobre o tipo de ligação que existirá entre os agentes e a população. A intenção de realizar um trabalho junto aos bóias-frias, só coloca este problema, mas não o resolve.

É claro que um dos nossos objetivos básicos é reduzir (e com o tempo eliminar) a distância que nos separa dos assalariados rurais. No entanto, a eliminação desta distância passa antes de tudo pela clara definição do papel que terão os agentes diante da população junto a qual eles vão trabalhar. Quem serão os agentes para os próprios bóias-frias? Esta questão crucial será respondida não pela intenção dos agentes em realizar um trabalho, mas pelo papel preciso que eles ocuparem dentro da estru-

tura social. Definir este papel é definir a forma de inserção do agente no trabalho.

• O fato de uma pessoa simplesmente residir num bairro onde mora uma grande população bóia-fria não define o seu papel. O que esta pessoa será no bairro? Um padre? Um advogado? Alguém que está lá para organizar os trabalhadores? Este ponto é importante, pois a relação entre o agente e os trabalhadores deve ser vista como uma relação social. Da mesma forma que precisamos saber como os bóias-frias se identificam eles mesmos, é fundamental que tenhamos consciência de como eles nos identificam. Mais que isso: é necessário que tenhamos claro como nós queremos que eles nos identifiquem. Dependendo da intenção que tivermos com o trabalho colocaremos um ou outro tipo de agente.

---

COMITÊS DEMOCRÁTICOS POPULARES  
LUTA SOCIAL E LUTA POLÍTICA EM BELÉM - 1945

---

Jaime Teixeira\*

Jaime Santos\*\*

A chamada redemocratização de 1945 abre um período rico em experiências de lutas populares. Sobretudo hoje, quando atravessamos uma conjuntura em alguns aspectos semelhante, interessa rever criticamente algumas daquelas experiências, em busca de subsídios para o Movimento Popular do presente.

Essa é a pretensão dos dois textos que se seguem e que são o fruto parcial, em termos da cidade de Belém, de uma investigação mais ampla que vem sendo patrocinada pela FASE em âmbito nacional com vistas a reconstruir a História das Lutas Populares no Brasil.

#### COMITÊS DEMOCRÁTICOS POPULARES: ÓRGÃOS DO POVO OU DO PARTIDO?

Final da guerra de 45, o País atravessava o período da chamada redemocratização: surgem os novos partidos, a anistia, a Constituinte.

Entre os partidos se sobressaíam: o P.S.D. (Partido Social Democrático), representante dos grandes proprietários de terra, latifundiários, coronéis de barranco; a U.D.N. (União Democrática Nacional), que representava a pequena burguesia, camadas da alta burgue

sia, os financistas, muitos destes já intermediários da burguesia financeira internacional; o P.T.B. (Partido Trabalhista Brasileiro), partido criado por Getúlio para concorrer com o P.C.B. (Partido Comunista Brasileiro), entre os trabalhadores urbanos, se carac

---

\* *Economista, Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Membro da FASE.*

\*\* *Pesquisador da FASE.*

terizava pela presença de pelegos que procuravam justificar o atrelamento dos Sindicatos ao Estado. Era um partido de caciques, chefetes. Era um partido para manter a base política de Getúlio através de presidentes pelegos nos Sindicatos. Valia-se ainda de outras correias de transmissão como coletores, os fiscais de impostos. O P.C.B. (Partido Comunista Brasileiro) cresceu entre a classe operária, parcelas da classe média e intelectuais. Sofria o perigo de esvaziamento das suas propostas por parte do P.T.B., com o qual em termos de comportamento tático esteve junto algumas vezes, embora o P.C.B. se submetendo mais ao jogo político do P.T.B. do que lhe dando as regras do jogo.

Esses partidos tomaram parte na Constituinte, levando suas propostas de reestruturação do poder, levando suas palavras de ordem.

Nessa conjuntura política surgem então os Comitês Democráticos Populares, encaminhados pelo P.C.B., que pretendiam ser órgãos de mobilização, de formação política da população nas grandes cidades, e base po-

lítica do partido. Os comitês surgem nos bairros periféricos e nas empresas (empresas de fornecimento de energia, SNAPP...) ou ainda nas categorias (gráficos, jornalistas, marítimos). Suas tarefas eram as seguintes:

1) Lutar pelo arruamento, arborização, calçamento, serviço público, água, trânsito etc.;

2) No terreno econômico - defender o interesse dos trabalhadores, indústrias locais, proprietários;

3) Na questão de Saúde - lutar por saneamento, profilaxia, hospitalização, socorro médico, policlínicas populares;

4) Na questão da Cultura Popular - apoio e coordenação dos movimentos pró-alfabetização no local, conferências, debates, etc.;

5) Na questão Social - deve o comitê, fiel à política de paz e conciliação de classes nacionais progressistas de eficiência, criar sub-comitês nos locais de trabalho, defender a legislação trabalhista e zelar pelo cumprimento justo das tabelas oficiais de racionamento de preços.

6) Na questão Política - o comitê não somente defenderá con-

cretamente o programa imediato do processo democrático pacífico, progressivo e unitário, como também promoverá reuniões conjuntas de industriais e operários, de comerciantes e empregados, burgueses progressistas, pais e alunos, para discussão de temas técnicos, econômicos, políticos e sociais. 'Como se vê não há campo para o sectarismo golpista ou divisionismo num C.D.P. (Comitê Democrático Popular) onde se trabalhe de verdade'". (1)

Além das tarefas acima citadas, os Comitês tinham suas Tarefas Eleitorais:

"1) Organizar cursos rápidos de alfabetização para ambos os sexos, para futuros eleitores sem nenhuma preocupação quanto aos candidatos que os mesmos irão escolher;

2) Alistar o maior número possível de mulheres;

3) Demonstrar por todos os meios - palestras, impressos, volantes, comícios, propaganda individual, etc. - a natureza secreta do voto. Mostrar praticamente que é impossível saber em quem votou o eleitor." (2)

Do ponto de vista organizativo os comitês se organizavam atra

vés de:

"1) Reunião de uma Comissão Provisória que dirigir-se-á ao povo pela imprensa, boletins, etc., convocando-a para uma reunião de fundação em alguma casa ou praça pública;

2) Eleição de uma diretoria na Assembléia de fundação, propondo-se à aprovação de um manifesto - programa curto e claro.

- a diretoria deve ser ampla com a participação de todas as classes sociais, sobretudo industriais, comerciantes, intelectuais, classes médias e trabalhadoras.

- deverão ser constituídas comissões de finanças, propaganda, estudo, desportos, etc.

- os membros que demonstrarem empenho no trabalho passam a compor a diretoria (os membros das comissões).

- as reivindicações devem ter a preocupação de manter a política de paz e unidade". (3)

---

(1) (2) (3) - *Material Consultado: Manifesto-Programa dos Comitês Democráticos Populares. Instruções de como organizar os Comitês.*

---

"Os CDPs são organismos amplos, sem cor partidária e de le podem participar homens e mulheres de todas as tendências políticas, filosóficas ou religiosas, exceto os elementos fascistas".

---

Em 14 de junho de 45, a "Tribuna Popular", a propósito da Organização dos Comitês Populares, publica o seguinte: "Inúmeras Comissões de populares e operários têm procurado esta redação para se informar a respeito da formação de comitês democráticos populares. Nada mais eloquente e saudável para a democratização do País, do que essas demonstrações de apoio e solidariedade ao movimento lançado por Luis Carlos Prestes em seu já histórico discurso. Isso vem demonstrar a capacidade de iniciativa do povo brasileiro que compreendeu que a organização é a garantia única para a vitória definitiva da democracia em nossa terra. De fato, a falta de organização do povo foi a causa da vitória do fascismo em muitos países. E os triunfos também que obteve em nossa pátria, foram em grande parte devidos a essa mesma causa. Hoje que temos a experiência de

um longo período de lutas pela Democracia, não devemos mais incorrer no erro da desorganização do povo na luta pelo aprofundamento e consolidação das liberdades já conquistadas até atingirmos por meio de eleições livres e honestas o parlamento democrático. Esses órgãos amparados pelo povo organizado será o instrumento pacífico através do qual se apresentam soluções para os inúmeros problemas da nação". Lembra ainda a Tribuna Popular - "Esses organismos são amplos sem cor partidária e deles podem participar homens e mulheres de todas as tendências políticas, filosóficas ou religiosas, exceto os elementos fascistas. Assim podem figurar nos Comitês, católicos, protestantes, espíritas, maçons, democratas, liberais, conservadores, empregados e patrões, enfim todos os patriotas e pessoas dignas que deles desejam participar". "Quanto as reivindicações específicas, devem ser formuladas na base de uma ampla e democrática discussão. Deve haver a organização de um serviço de finanças, através de festivais, listas, etc. Promoção de competições esportivas, palestras, sessões de cinema

biblioteca, em função da educação democrática dos moradores. Sugerimos que a diretoria tenha no mínimo 4 membros: presidente, secretário, tesoureiro e encarregado de imprensa".

As reivindicações específicas giravam em torno de:

- limpeza das ruas e sarjetas;
- conserto de pontes;
- extensão de linhas de ônibus;
- isenção de impostos para vendedores de frutas, verduras, lenha, carvão, carne de porco salgada;
- isenção de imposto para quem possuísse uma só barraca;
- criação de sub-comissões de preços nos bairros da qual façam parte: proletários, pequenos comerciantes, classe média empobrecida;
- isenção de licença de qualquer natureza, prefeitura ou saúde pública para os que queiram limpar ou cobrir sua própria barraca;
- canalização de água;
- revogação da proibição de transportar o corpo dos parentes mortos para a sala antes que chegue o caixão da casa funerária; isto prejudicava grandemente a saúde dos

membros da família, principalmente quando se tratava de uma barraca com 2 compartimentos;

- instalação de postos médicos;
- grupo Escolar noturno para os operários;
- instalação de feiras-livres;
- alfabetização de adultos, e eficiência no método de ensino e incentivo ao estudo no Brasil.

Alguns Comitês, tinham nos seus programas:

- luta contra as intervenções nos sindicatos;
- luta pela autonomia Sindical;
- solidariedade à luta de outros Comitês;
- luta pela Constituinte.

---

Envolvido pela ilusão parlamentar, o Partido jogava a toda sua força, menosprezando na prática o trabalho de mobilização e organização das massas em torno de seus interesses imediatos.

---

A bandeira da Constituinte no 2º semestre de 1945 levava muitos trabalhadores à praça pública. As constantes concentra

ções eram promovidas pelos Comitês Democráticos de alguns bairros e pelos Comitês das diversas categorias (marítimos, estivadores, trabalhadores da SNAPP, gráficos, jornalistas).

A mobilização era ampla através dos Comitês, entretanto estes já começavam a se esvaziar enquanto organização permanente de defesa das condições de vida dos trabalhadores, de defesa do direito de participação dos trabalhadores nas decisões. Na verdade os Comitês estavam subordinados à orientação burocrática e centralizadora-autoritária do Partido Comunista, que não estava naquele momento interessado nas contra-propostas que surgiam das bases. Envolvido pela ilusão Parlamentar, o Partido jogava toda sua cartada aí, menosprezando na prática o trabalho de mobilização e organização das bases em torno de seus interesses mais imediatos. Muito embora se dissesse que os Comitês eram a garantia da consolidação das liberdades democráticas, as movimentações dos Comitês iam se acabando. Praticava-se a mera doutrinação não se traduzindo para o povo de modo claro as palavras de or

dens. A prática do partido partia da premissa de que a consolidação das Liberdades Democráticas ia se dar somente pela conquista do parlamento democrático, através de eleições livres, através da nova Constituinte.

A ênfase dada à colaboração de classe confundia as massas. Os trabalhadores, sem a hegemonia dentro do partido, chegavam mesmo a serem submetidos a esvaziamentos nas suas lutas por parte de aliados - exemplo típico, é o caso de uma distribuição de carne feita para os Comitês do partido, por um aliado, quando o partido reclamava o preço e ausência da carne. A aceitação de uma burguesia nacionalista levava o partido a criar muita confusão para as massas. Na verdade os empresários chamados de nacionalistas/progressistas, já eram associados dos interesses imperialistas e muitos dos "nacionalistas" eram intermediários na venda de produtos exportáveis (café, borracha, castanhas) apresentando laços de toda ordem com interesses da burguesia internacional. Outros eram defensores da participação das empresas estrangeiras no abastecimento de água

(Byington & Cia) Luz (Light) e nos transportes. Os casos isolados de empresários preocupados com a questão nacional, não eram suficientes para determinar uma categoria social politicamente definida - "contrariada na qualidade de classe, pela ação do imperialismo".

Esta análise feita pelo partido orientava sua prática, mesmo em relação aos Comitês Democráticos Populares.

Além da ilusão parlamentar, da colaboração de classe com saldos mais vantajosos para a burguesia, o partido pregava a política de paz. Era até chamado de o "partido da ordem", sem ao menos desconfiar que em abril de 1947, com toda a Constituinte, com a vigência do legislativo e judiciário, ele iria ser cassado, declarado ilegal nas suas atividades. Mais uma confusão para as massas que não estavam preparadas para enfrentar esse combate da classe dominante.

---

Esvaziados e voltados unicamente para a Constituinte, os CDPS se vêem derrotados e desaparecem com a ilegalidade do P.C.

---

Embora houvesse muita agitação,

os organismos de base não tinham força para mudar a estrutura do poder. No seu final, estavam confusos e voltados unicamente para a Constituinte, como se isso fosse o tudo necessário para redemocratizar o País. Os Comitês se vêem derrotados, colocados na ilegalidade, e traídos pelos oportunistas que se aproveitaram também do partido.

Diante da volta da antiga estrutura política, executivo, legislativo e judiciário (judiciário nomeado pelo executivo, embora na Constituinte houvesse uma proposta de que o mesmo fosse eleito pelo povo), os Comitês nada representam em termos de decisões.

A redemocratização de 1946, dessa forma, vai significar mais uma vitória dos magnatas das finanças, dos latifundiários ilustrados, dos grandes capitalistas, dos Coletores, grandes comerciantes, dos burocratas.

Ainda que para alguns militantes do Partido houvesse a perspectiva dos Comitês Democráticos Populares virem a ser "organização nacional autônoma, através de federações, congressos de direções estaduais e nacionais, reconhecidas como

autênticas federações nacionais progressistas, com condições de satisfazerem sistematicamente as reivindicações populares e garantirem a existência da Democracia", esta perspectiva não foi alcançada e os Comitês desaparecem com a ilegalidade do P.C.B.

Os Comitês desaparecem pela fragilidade que representam na luta pelo poder, pela ilusão que se levou às massas de permanecerem na defesa de seus interesses econômicos, reservando-se a luta política aos ilu

minados do Partido que, nas alianças entre vanguardas, desapareceriam na luta pelo aparelho de Estado tal qual ele se apresentava. Não é possível re-democratizar somente com uma simples Constituinte, é preciso mudar e garantir a estrutura do Poder.

Desse modo os Comitês Democráticos Populares constituem para nós uma lição. Ficaram registrados na História Brasileira com uma simples função eleitoral, temporária, como "cabide" político do Partido Comunista Brasileiro.

## OS COMITÊS DEMOCRÁTICOS POPULARES E A LUTA CONTRA A CARESTIA

Num estudo mais detalhado sobre os manifestos dos CDPs, uma preocupação é constante: a carestia. Seja a nível do barateamento dos gêneros de 1ª necessidade, seja explicitamente no pedido de barateamento do Custo de Vida em geral, ou mesmo através da constituição de comissões de tabelamento dos produtos mais consumidos. Essa preocupação sem dúvida vai servir para uma grande manifestação popular que começou a ser organizada em 31/09/46 e

culminou com passeata em 1947.

"A Campanha contra Fome", como foi chamada, começou com a instalação de "bancas de queixas" por parte dos estudantes secundaristas e universitários, em postos da cidade, para que o povo em geral fizesse denúncias dos nomes de comerciantes que estivessem vendendo acima do preço tabelado. Basicamente as bancas tinham os seguintes objetivos:

1) Receber denúncias contra os

exploradores do povo;

2) Contra os que vendiam acima dos preços tabelados;

3) Contra os que retinham ou escondiam mercadorias para protegidos.

O denunciante não precisava se identificar, cabendo aos estudantes comprovar e levar os nomes dos "tubarões" ao conhecimento da Delegacia de Economia Popular, além de denunciar na imprensa.

A instalação de "bancas de queixas" era feita nas principais ruas e era festejada com tambores e discursos.

A campanha não se limitava à banca de queixas mas, ao lado dessas, geralmente à noite, os estudantes saíam em caravanas fazendo visitas aos bairros através dos CDPs para que o povo participasse da campanha. Além disso, havia sempre palestras feitas pelos mesmos e a Comissão de Debates Populares sobre as causas do Custo de Vida.

O Estado, na tentativa de canalizar os descontentamentos, cria em algumas unidades da Federação as Comissões de Preços compostas por: político, exportador, importador, jorna-

lista, comerciante, representante do exército, representante dos estudantes.

O acirramento da Campanha se deu quando os estudantes reivindicaram e conseguiram com alguns elementos dos CDPs cartões que lhes davam direito de fiscalizar os preços e constatar a veracidade das denúncias, agora de uma forma credenciada.

Além disso foram instaladas feiras-livres para a venda de produtos mais baratos. Ainda mais, em termos de resultados imediatos, chegou a haver prisões de comerciantes que vendiam além do preço tabelado.

Os debates sobre o custo de vida giravam em torno da questão: "Quem é o causador do Câmbio Negro? O pequeno, o alto comércio ou ambos? Além disso os debates chegaram a questionar o próprio preço das rações de animais domésticos - comestíveis, fator influente no preço final desses produtos.

Devemos observar porém que na maioria das vezes - com raras exceções - os atingidos da Campanha foram os pequenos comerciantes, donos de tabernas, apesar dos tímidos apelos para que esses denunciasses também,

a fim de que não fossem consi  
derados os únicos responsáveis  
pela exploração do povo. Observamos  
este fato, porque não  
encontramos nos dados colhi  
dos, nenhuma referência aos  
estocadores dos gêneros de primeira  
necessidade, assim como  
não estão presentes nos deba  
tes os problemas do homem do  
campo, desprovido de assistên  
cia, crédito, adubos e máqui  
nas para produzir mais gêneros  
alimentícios e uma progressiva  
diminuição dos preços desses.  
Um outro setor que nos parece  
não ter sido incluído ou atingido  
pela Campanha foi o setor  
dos grandes lojistas, vendedo  
res de tecido, eletrodomésti  
cos, etc.

Uma característica forte do mo  
vimento, no entanto, é a colaboração  
e de certa maneira a  
confiança em elementos dos po  
deres estabelecidos nessa épo  
ca de transição, não se podem  
perceber ligações que o go  
verno tinha com os grandes ca  
pitalistas responsáveis pela  
distribuição e venda desses  
produtos.

Não demorou muito para que es  
sa colaboração fosse rompida  
por parte do governo. A campanha  
começava a incomodar, prin-

cipalmente porque de um lado  
alguns comerciantes eram pre  
sos, embora fossem soltos no  
dia seguinte. Por outro lado  
os participantes da Campanha  
colocavam os nomes em jornais  
e os denunciavam publicamente.

A primeira medida repressiva  
contra a Campanha foi o reco  
lhimento dos cartões de fisca  
lização por parte do governo  
das mãos de estudantes, alegando  
o fato de já haver um representante  
desses na Comissão de  
preços; além do mais, argumento  
u o Interventor Federal  
- "Não tinha base jurídica a  
transferência de poderes ine  
rentes à polícia, para estudan  
tes e outros". Seguindo a sua  
investida contra a Campanha, o  
governo sutilmente coloca poli  
ciais junto às bancas de quei  
xas.

---

Durante as passeatas, dezenas  
de oradores falavam sobre a  
alta dos preços atacando os  
exploradores do povo, os atra  
vessadores e aqueles que vendi  
am no câmbio negro.

---

Em fins de 46 início de 47 a  
preocupação geral, segundo de  
poimentos, era as eleições pa

ra a Assembléia Constituinte. Segundo um dos entrevistados: "passamos dessa Campanha para nos preocuparmos com as eleições, e achamos natural porque achamos mais importante a segunda". Conclusão: houve um abandono das bancas de queixas em dezembro de 1946 e a Campanha contra a fome só seria retomada em meados de fevereiro de 1947, por alguns sindicatos, quando surge em cena a União Geral dos Proletários (UGP) convocando união de todos os sindicatos e o povo em geral a fim de organizar novos protestos.

Em 04 de março de 1947, a UGP, após reunião com os sindicatos, passam a liderar a Campanha contra a Fome, com o lançamento de manifestos dirigidos ao Presidente Eurico Gaspar Dutra, e aos interventores. No dia seguinte forma-se uma comissão organizadora da Campanha Contra a Fome, que lança à população em geral um manifesto-convite para um comício-passeata.

A UGP também era regida pelos princípios da União Nacional pela Democracia, sendo sua diretoria composta por elementos de diretorias dos sindicatos.

Durante as passeatas mais de dezenas de oradores falavam sobre a alta dos preços atacando os exploradores, aqueles que vendiam no câmbio negro.

Nesses discursos não notamos alusão à essência do sistema capitalista de produção, fonte de ciclos inflacionários, nem tampouco à situação do Brasil já naquela época, de país periférico e dependente.

Após vários comícios e passeatas foram criados os "Comitês Contra a Fome" que tinham o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores, reunindo trabalhadores, donas de casa, estudantes, etc. Os comitês deveriam retomar a responsabilidade de denunciar os que vendiam acima do preço tabelado, levando seus nomes para a Delegacia de Economia Popular - espécie de Sunab.

Os Comitês Contra a Fome, embora com atuação discreta, substituíram as bancas de queixas e os CDPs (Comitês Democráticos Populares) - idéia que morreria após ter sido colocado na ilegalidade o PC - porém vão ser núcleos de mobilização para a última manifestação da Campanha Contra a Fome, em 12

de dezembro de 1953, chamada  
de "Marcha de Fome", marcha de  
caráter nacional. Em alguns

lugares a polícia reprimiu a  
Marcha com jatos d'água e Pe-  
lotões de intimidação.

---

CORONÉIS SEM PATENTE:  
A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA  
NO SERTÃO PERNAMBUCANO(1)

---

Tereza Cristina L. de Serejo

Ultimamente o coronelismo tem sido objeto de vários trabalhos que, a partir de pesquisas efetuadas em diversas regiões do país, vêm contribuindo de forma significativa para nossa historiografia. Todavia grande parte destes estudos pecam por não perceberem os meios adotados por vários "coronéis" a fim de assegurarem a manutenção de seu mando. No nosso entender, o coronelismo não desapareceu totalmente - como acreditam muitos especialistas no assunto - conseguindo amoldar-se às novas exigências do sistema capitalista, em sua expansão, e ao mesmo tempo mantendo os aspectos da estrutura econômica, social e política que constituem os sustentáculos do sistema coronelista de maneira a garantir a continuidade de seu poderio. Neste sentido, este artigo procurará mostrar as formas de

controle adotadas pelos "modernos coronéis" sobre a sociedade local, assim como a utilização da política desenvolvimentista como mecanismo de reforço ao seu poder, contando para isto com o apoio dos governos estadual e federal.

---

AS FORMAS DE CONTROLE

---

Costumeiramente a figura do "coronel" é associada ao grande proprietário rural que detém o poder político municipal devido ao controle que exerce sobre o eleitorado rural, controle este obtido através de

---

(1) Este artigo está calcado sobre uma dissertação de mestrado, elaborada a partir de uma pesquisa efetuada no município de Petrolina-Pernambuco (1947-1978) e que, sob o mesmo título, foi apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense.

"pressões e presentes". Estas abordagens simplistas habitualmente mascaram a realidade sócio-econômica da qual o coronelismo é fruto, ao mesmo tempo em que camuflam algumas das formas de controle exercidas pelos "donos do poder" local sobre a população. Denominamos estas formas de controle da seguinte maneira: submissão, solidariedade e dominação, de acordo com as respectivas especificidades; a tentativa de rompimento desta estrutura se faria através da autonomia. Por submissão entendemos o paternalismo, a "rede de favores" com que a oligarquia predominante (2), ou seja, os coronéis envolvem o cliente, atraindo-o para si, a fim de que se coloque sob sua "proteção". Esta submissão se solidifica, acentuando mais ainda os laços que ligam o cliente ao oligarca através de comportamentos institucionalizados ao nível social, como por exemplo o compadrio, ocasião em que se manifesta a solidariedade vertical, isto é, as relações oligarquia predominante/clientela real são específicas de uma sociedade de tipo estratificado. A dominação deve ser entendida não só em termos de violência,

como também pelas formas adotadas para a extração da mais valia. Através destes três níveis - submissão, solidariedade e dominação - os "coronéis" exercem seu controle sobre a clientela.

A submissão do cliente ao oligarca manifesta-se concretamente quando apela para que este o retire ou a um parente da cadeia; e também quando pede emprego, dinheiro emprestado, auxílio numa doença, ou então na seca; é também quando é readmitido pela oligarquia predominante em seus quadros como força de trabalho, num ambiente de máxima "boa vontade". A oli

---

(2) *Estamos considerando oligarquia predominante como a parentela que detem primordialmente a liderança política local, podendo ou não extrapolar sua influência de maneira marcante ou não para a política no âmbito estadual e até federal. O poderio dessa parentela advém da preponderância que exerce sobre as forças produtivas, tanto vinculadas ao meio rural como ao urbano, e a partir deste tipo de domínio econômico justificamos sua influência sobre a população local, considerada fundamentalmente enquanto eleitores e portanto o sustentáculo, em última análise, do próprio mando político da oligarquia predominante.*

garquia predominante provoca assim uma certa competição pelos seus "favores" entre os clientes contemplados por ela de forma personalizada, a tal ponto que isso dificulta as relações entre os clientes, seu relacionamento horizontal, ao mesmo tempo em que favorece a relação vertical desses clientes com ela, a oligarquia predominante.

No sistema coronelista encontramos assim dois tipos de solidariedade: a horizontal e a vertical. A solidariedade horizontal deve ser entendida aqui como o apoio concedido pelo grupo dominante (3) à oligarquia predominante, como uma forma daquele obter e garantir seu prestígio social. Já a solidariedade vertical, ao vincular a clientela real (4) à oligarquia predominante, significa que a primeira espera através deste mecanismo, ser "agraciada" pelos "favores" distribuídos pelos chefes políticos. O "voto de cabresto", uma das manifestações da solidariedade, representa uma forma do cliente demonstrar sua gratidão (solidariedade vertical) à oligarquia predominante. Também os integrantes do grupo dominante, que não têm acesso di-

reto aos meios de decisão política, podem se atrelar aos mecanismos do "voto de cabresto" ao concederem seu apoio (solidariedade horizontal) à oligarquia predominante para que esta, através do "jogo de compromissos", carreie para o município obras governamentais que lhes sejam úteis. O compadrio também pode estar presente nas relações entre o grupo dominante e a oligarquia predominante, mas ele é mais forte quando envolve a clientela e as camadas dominantes, na medida em que a solidariedade vertical implica, até certo ponto, na submissão.

---

(3) *Por grupo dominante entendemos aqui aqueles elementos que exercem um certo controle sobre as forças produtivas do município, mas não de maneira tão decisiva quanto a oligarquia predominante, em relação à qual não está vinculado por laços de parentesco muito próximo, de tipo consanguíneo. Englobamos nesta parcela da população os médios e grandes proprietários, os médios e grandes comerciantes e os industriais, quando estes surgem como categoria social distinta.*

(4) *Consideramos como clientela real dos coronéis aqueles elementos que, integrantes do meio urbano ou ru-*

A dominação se manifesta concretamente através não só da violência física, mas das diversas formas de opressão às quais a clientela está submetida, como por exemplo, aqueles casos que envolvem disputas sobre terras, especialmente seu cercamento e ainda, dispensa de trabalhadores sem o total cumprimento da legislação respectiva. As diferentes formas de extração da mais valia, que vêm a caracterizar as diversas categorias de trabalha

---

*/ ral, lhe estão vinculados de alguma forma, numa situação de solidariedade vertical. São seus vaqueiros, agricultores, operários, compadres, cabos eleitorais, e mais alguns pequenos proprietários, pequenos comerciantes e co merciantes, isto é, todos aqueles que lhes devem favores, todos os que compõem o seu "curral eleitoral".*

*Já a clientela em potencial é constituída por aqueles e lementos das camadas médias ou das camadas de baixa renda, oriundos do meio urbano e rural que não se encontram sob o controle direto do coronel, votando ou não com ele. São os que exercem atividades que escapam ao controle direto do coronel, com o qual não mantêm vínculos de compadrio, de amizade, não integram seu diretório político, enfim, todos os que não estejam submetidos a qualquer forma de controle direto.*

dores rurais, acentuam a forma de controle dominação, uma vez que originam vários subgrupos de trabalhadores, hierarquicamente distribuídos; esta hierarquia contribui para a quebra da solidariedade horizontal e por consequente acarreta a desunião, facilitando em contrapartida a dominação. Tam bém englobamos nesta forma de controle a compressão exercida sobre o eleitorado às vésperas dos pleitos, quando o cliente é ameaçado de represálias, caso não vote com o coronel.

Tais são, portanto, as formas de controle utilizadas pela oligarquia predominante sobre a clientela, ou seja, a submissão, a solidariedade e a dominação, mecanismos que envolvem o nível político, econômico, social e religioso. Para romper com estes mecanismos, os clientes vêm a autonomia como o ideal a ser atingido, quando então cessariam as formas de controle a que estão submetidos, através da conquista da indepêndência econômica. Esta seria alcançada por meio do acesso à terra com a aquisição de uma pequena propriedade, com o estabelecimento de uma pequena casa comercial, etc. enfim, alguma atividade econômica que

no plano ideal não o submeta diretamente a ninguém. Todavia essa almejada autonomia está longe de ser uma realidade efetiva, pois, ao se lançarem no mercado os pequenos produtores e os pequenos comerciantes são obrigados a competir em "igualdade de condições" com as grandes empresas. Desta forma, constata-se que as malhas do poder da oligarquia predominante atingem os clientes, mesmo quando em termos econômicos-ideais, eles possam ter alcançado a sonhada autonomia.

## O DESENVOLVIMENTISMO

Embora o conceito de desenvolvimento enquanto associado a uma ideologia específica seja mais correntemente aplicado ao governo de Juscelino Kubitschek, vamos aqui utilizá-lo num sentido mais amplo. Consideramos o desenvolvimentismo como a expressão de uma política que visa, num primeiro plano, o crescimento econômico basicamente em termos quantitativos, como um dos meios de impedir a eclosão de movimentos de inquietação social ou, até mesmo, de verdadeiras revoluções sociais, e de conter a propagação de ideologias

contrárias à ordem estabelecida - ideologias estas consideradas como fruto da miséria - e tendo, portanto, como meta final a preservação da ordem vigente, ou seja, o sistema político e a estrutura sócio-econômica. O desenvolvimentismo viria então para tentar diminuir as discrepâncias sócio-econômicas entre as massas e as elites, como forma de garantir a manutenção do "status quo".

O Nordeste, e em particular o Polígono das Secas devido a suas particularidades em função das condições de ordem climática, tem sido objeto de uma política governamental com certas especificidades. Neste sentido, foram criadas algumas empresas públicas a fim de implantarem a política desenvolvimentista na região. Assim nos deparamos com a SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - órgão de coordenação, criado em plena euforia desenvolvimentista juscelistas; com o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - cuja meta primordial vem a ser a organização dos serviços contra os efeitos da seca; com a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - e com a CODEVASF - Com

panhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - arcando daquela com a parte de pesquisa e esta com a de desenvolvimento; etc. Francisco de Oliveira, em Elegia para uma Re(li)gião, demonstrou enfaticamente como a SUDENE se constitui numa intervenção "planejada" do Estado no Nordeste, tendo em vista o "conflito de classes" que aparece sob as roupagens de conflitos regionais ou dos desequilíbrios regionais" e de que forma o DNOCS foi capturado pela oligarquia algodoeira-pecuária (5), ou seja, pelos coronéis da região do Polígono das Secas, revelando a manipulação privativista do referido órgão.

---

Abafados os movimentos sociais ocorridos na Zona da Mata, a política oficial passou a desenvolver projetos destinados à montagem de infra-estrutura para médias e grandes empresas, em detrimento dos projetos de colonização.

---

Através da pesquisa que empreendemos no município Pernambucano de Petrolina pudemos constatar a relação existente entre a oligarquia predominante

local e a CODEVASF, empresa pública vinculada ao Ministério do Interior, cujo campo de ação abrange todo o Vale do São Francisco. A área sob a jurisdição da 3ª Diretoria Regional da CODEVASF atinge o Norte da Bahia e parte oeste de Pernambuco, tendo como "polo econômico" mais importante as cidades de Petrolina e Juazeiro, em cuja zona de influência foram montados alguns projetos de irrigação, a saber: Bebedouro, Massangano, Tourão, Curaça, Maniçoba e Mandacaru, perfazendo um total de 37.029 ha irrigados e de 28.300 oportunidades de empregos diretos previstos. Os primeiros projetos de irrigação idealizados pelos órgãos governamentais para o Vale do São Francisco davam maior ênfase aos aspectos voltados para a colonização; porém atualmente a prioridade está nos projetos destinados a montar a infra-estrutura para o estabelecimento de médias e grandes empresas, projetos es

---

(5) OLIVEIRA, Francisco de - Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.99 e 46-47.

tes que já suplantam em área os destinados à colonização. Paralelamente aos grandes projetos, a CODEVASF tem em vista desenvolver o Programa de Projetos Isolados, visando incentivar a implantação de projetos de irrigação (pequenos comparativamente aos demais) em propriedades particulares, através do crédito rural orientando; técnicos daquela empresa realizam os estudos básicos, elaboram os projetos e orientam a sua implantação. Neste sentido, os bancos oficiais com agências em Petrolina - Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco de Desenvolvimento de Pernambuco - atuam prioritariamente através das carteiras de crédito rural e industrial. Assim, uma das metas dos projetos de irrigação da CODEVASF diz respeito a atrair indústrias de outras regiões do país, inclusive do Centro-Sul para se instalarem na área, principalmente para beneficiarem aqueles produtos provenientes de uma agricultura irrigada que as pesquisas demonstraram serem altamente adaptáveis à zona de baixos índices de precipitação pluviométrica.

Desta forma, a ação da CODEVASF no Vale do São Francisco ampliando seu apoio às médias e grandes empresas em detrimento dos colonos, e implantando projetos de irrigação nas grandes propriedades do município de Petrolina, vem a se constituir num reforço à estrutura fundiária local, baseada na grande propriedade. Achamos que a idealização inicial dos projetos de irrigação para o Médio São Francisco pela SUDENE e FAO - "Food and Agriculture Organization" - objetivando entregar as glebas aos colonos, foi reflexo dos movimentos sociais (Ligas Camponesas) ocorridos na Zona da Mata; na medida em que estes movimentos foram abafados, deslocou-se o eixo da política que vinha sendo adotada. Além disto, este desvio da CODEVASF nos parece ser reflexo de pressões tanto da oligarquia predominante local - empenhada na permanência da estrutura fundiária, uma das bases de seu poder - como da burguesia do Centro-Sul - interessada em se instalar nas férteis terras do vale sanfranciscano, férteis enquanto irrigadas, e principalmente tendo em vista já encontrar a infra-estrutura

pronta, montada pelo Estado. Por outro lado, a mudança das diretrizes da CODEVASF demonstra o poder da burguesia do Centro-Sul e da oligarquia predominante local, oligarquia esta que se beneficiou diretamente com a política desenvolvimentista. Daí Florestan Fernandes afirmar que "torna-se impossível qualquer modalidade de revolução agrícola ou 'reforma agrária' e, o que é pior, são os estratos 'mais modernos', 'ativos' e 'influentes' da economia agrária que encabeçam a cruzada contra qualquer mudança que possa alterar a 'estrutura da situação' ou simplesmente ameaçar o seu poder de decisão e de dominação" (6). Devemos ter em vista que a oligarquia predominante local é a maior proprietária de terras do município. "... a modernização da economia agrária - diz ainda o autor acima citado - não é, em si e por si mesma, um fator de mudança estrutural da situação ou de superação efetiva das iniquidades sócio-econômicas, culturais e políticas. Com frequência, ela se opera sem afetar profundamente a concentração social da renda e do poder" (7).

Como podemos perceber através das relações entre a CODEVASF e a oligarquia predominante local, o planejamento não significa a presença de um Estado mediador, mas sim a de um Estado capturado. Aos coronéis interessam atrair as empresas públicas pois na medida em que deixam patente seu relacionamento com os referidos órgãos, eles assumem o papel de elementos progressistas, de benfeitores públicos, o que em termos práticos redundará em votos e conseqüentemente no fortalecimento do mando local. Neste sentido, a oligarquia predominante procura colocar "seus homens" ocupando cargos nessas empresas de forma a que tanto possam atender sua clientela como garantir sua interferência, ou melhor dizendo, a captura dessas empresas, de maneira a que elas se transformem em mecanismos de reforço a seu poderio.

---

(6) FERNANDES, Florestan - *Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil*. In: SZMRECSANYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo, ed. - *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. 1973.p.148.

(7) *Ibid.*, p. 149.

## OS "CORONEIS SEM PATENTE"

A maior parte da historiografia especializada costuma afirmar que o coronelismo desapareceu ou quando muito, encontra-se em franco declínio. Neste sentido, declara Victor Nunes Leal que a vitalidade do coronelismo "é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Consequentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno... Este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido" (8). Maria Isaura Pereira de Queiroz expressa um pensamento semelhante ao asseverar que o "processo de decadência da estrutura coronelista" foi desencadeado pelo "crescimento demográfico, urbanização, industrialização (e) constituem processos que se desenvolvem associados ou não, de maneira acelerada ou não, conforme o momento histórico, ou conforme a região em que têm lugar" (9). No nosso entender, crescimento demográfico, urbanização e industrialização podem se constituir em mecanis-

mos de reforço ao poder coronelista se os "coronéis" "capturarem" estes aspectos característicos de uma sociedade capitalista em expansão, enquanto associados.

Sendo assim, acreditamos na persistência do sistema coronelista até os dias atuais, persistência esta obtida em função da adequação deste sistema à nova realidade com que se depara, fruto da expansão do capitalismo. Desta forma, denominamos de "coronelismo moderno" a associação entre a maioria dos elementos constitutivos do coronelismo tradicional e os elementos resultantes do desenvolvimento econômico e das transformações sociais e políticas recentes. Vemos assim o sistema político centralizado na figura do "coronel", tendo por alicerces relações fundamenta-

---

(8) LEAL, Victor Nunes - Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975, pp. 251-252.

(9) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris, ed. - O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, Difel, 1975, T. III v. 1, p. 186.

das no patrimonialismo e no paternalismo, através de mecanismos tais como casamentos, com padrio, controle de cargos chaves, concessão de benefícios ao eleitorado, voto de cabresto (numa ocasião em que o eleitorado urbano é superior ao rural, em termos numéricos), com o intuito de obter a liderança política local por meio de compromissos em que os aspectos ideológicos-partidários são relegados a um segundo plano em benefício do apoio ao situacionismo estadual, seja este qual for; tal liderança, sancionada pela "política dos governadores" (10), não foi alterada pela expansão dos meios de comunicação, como afirmam alguns especialistas.

---

Os "novos coronéis" atendem seus clientes tanto através da admissão em seus próprios quadros como colocando-os nas empresas estatais e órgãos públicos por eles "capturados", exercendo assim forte controle sobre o mercado de trabalho local.

---

No "coronelismo moderno", os meios de comunicação, onde destacamos os transportes, desempenham um papel primordial na

medida em que paralelamente à grande propriedade territorial (e algumas vezes, o comércio), os "novos coronéis" também têm sua base econômica alicerçada sobre a indústria. Através da pesquisa que empreendemos no município de Petrolina pudemos constatar como os sete filhos do "coronel" Quelê, os irmãos Coelho (11), assumiram na década de 1950 o controle político local, controle este pelo qual o falecido "coronel" vinha lutando, desde os anos 1920. A nova oligarquia predominante ao mesmo tempo em que se afirmava politicamente, expandia seu poderio econômico. Assim, concomitantemente à dilatação das atividades econômicas desenvolvidas pelo "coronel" Quelê - a pecuária extensiva e o comércio de produtos regionais - os Coelho se lançaram no setor industrial, fundando em 1957 as Indústrias Coelho S/A, de benefício

---

(10) Por "política dos governadores" entendemos aqui o apoio dado pelo situacionismo estadual aos chefes políticos municipais através da "carta-branca" de que nos fala Victor Nunes Leal, op. cit., p. 50.

(11) Trata-se de uma dominação "colegial", segundo a tipologia de Jean Blondel, ou seja, "cada membro da

ficiamento de algodão, óleo de mamona e ourucuri, a qual constitui hoje a maior indústria do Sertão nordestino. Além desta, a oligarquia predominante petrolinense detem o controle acionário de mais outras 14 empresas. A disputa pelo controle do poder político corria paralelamente à concorrência ao nível econômico, já que o acesso ao mando político significava a obtenção dos favores oficiais. Esta concorrência pelos favores oficiais que se manifesta através das lutas políticas explica e justifica o grande interesse que as eleições municipais despertam, ao mesmo tempo em que o seu acirramento. Daí o empenho da oligarquia

predominante em assegurar o controle político. Verificamos como paralelamente ao acesso ao mando local, os Coelho deram grande impulso à expansão econômico-financeira do grupo, distanciando-se nestes termos cada vez mais daqueles elementos com os quais se nivelavam na década de 1940.

O controle acionário das 15 empresas do grupo Coelho permite à oligarquia predominante dispor de boa parte do mercado de trabalho local. Este fato contribui de modo significativo para a ampliação do poderio da parentela na medida em que pode transformar a "concessão" de um emprego em um favor. Desta forma os "novos coronéis" atendem seus clientes tanto através da admissão em seus próprios quadros, como colocando-os nas empresas estatais e órgãos públicos por eles "capturados", conforme vimos no item anterior. Sendo assim, a maneira como o mercado de trabalho é manipulado empresta-lhe o caráter de "troca de favores" entre a oligarquia predominante e sua clientela e reside justamente na "troca de favores" um dos mecanismos básicos que conduzem ao "voto de cabres

---

/ família domina uma zona, mas como esta permanece unida e como não tem um chefe marcante, a dominação é mais 'aristocrática' que 'monárquica'. São, ao mesmo tempo, parentes que ocupam os postos oficiais da região - médicos, juizes, tabeliães, algumas vezes padres e, naturalmente, deputados. Eles chegam assim ao monopólio quase absoluto de todas as possibilidades de progresso na escala social". BLONDEL, Jean - As condições de Vida Política do Estado da Paraíba. Trad. de Alcântara Nogueira, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1957, pp. 61-62.

to". Este traduz a ausência de uma tomada de consciência ideológica diante do processo político, ocasião em que praticamente se anula a consciência de classe. Outro momento em que esta tende a ser abafada é por meio do compadrio que ao reunir compadres e afilhados estabelece uma das formas de controle-solidariedade, sendo mais forte e por isto mais incisivo entre a clientela de baixa renda e as camadas dominantes.

A oligarquia predominante petrolinense vem agindo no sentido de paralelamente à expansão de suas atividades econômicas obter também a extensão de seu poder político para além das fronteiras municipais. Neste sentido contribuíram as uniões matrimoniais pois cinco dos irmãos Coelho são casados com senhoras pertencentes a parentelas com projeção política. Outro mecanismo que conduz à elevação do prestígio da oligarquia predominante são os acordos políticos com alguns municípios do Sertão pernambucano: estes apoiam o candidato a deputado federal dos Coelho, os quais por sua vez financiam de acordo com o sistema de "troca

de favores", o candidato da área, obtendo votos. O forte controle da parentela dos Coelho sobre o eleitorado do Alto Sertão em geral e do petrolinense em particular justifica-se em parte pelo "espírito empreendedor" do grupo que se utilizando de seu prestígio político, ou seja, do "compromisso coronelista" com o governo estadual, consegue carrear para seu reduto eleitoral uma série de obras governamentais; aos olhos do "eleitorado de cabresto" estes empreendimentos aparecem como a própria materialização do trabalho da oligarquia predominante.

## CONCLUSÃO

---

A industrialização, a urbanização e o crescimento demográfico estão presentes em Petrolina e mesmo assim o sistema coronelista aí não se extinguiu porque os "novos coronéis" se adaptaram à nova realidade, com o apoio do governo estadual e federal. Neste sentido é que se revela uma série de pontos de concordância entre os interesses da oligarquia predominante e a política desenvolvimentista, que vem funcionando

como mecanismo de reforço ao poderio dos "modernos coronéis", longe de exterminá-los, como tentaram prever vários estudiosos do assunto. Realmente, para estes últimos, as alterações no nível da infra-estrutura (industrialização, urbanização e crescimento demográfico) acarretariam o extermínio, no nível da super-estrutura, do coronelismo, aqui entendido enquanto uma forma específica de dominação a nível político, embora este sistema seja muito mais abrangente. Sendo assim, não há uma dualidade entre "coronelismo tradicional" e "coronelismo moderno", mas sim uma relação na qual o "novo" se alimenta do "arcaico" e este alimenta o "novo".

Os "coronéis sem patente", em termos gerais, estenderam seu domínio do campo para a cidade. Desta forma, devido à industrialização, foram engendradas novas formas de relações de trabalho na cidade com a introdução dos operários como categoria profissional. No entanto, a presença deste setor modernizante inclui aspectos arcaicos, como a organização familiar das empresas. Em atendimento às especificidades ur-

banas e rurais, os novos "coronéis" assumiram diferentes papéis, que demonstram uma das formas de adaptação à realidade do campo e da cidade. Um destes papéis é desempenhado pelo "doutor". Este, enquanto filho do coronel ou o próprio "coronel-doutor", vem a ser uma das maneiras dos "modernos coronéis" acompanharem a evolução dos tempos, seja no intrincado "mundo palaciano" (os políticos estaduais e federais no exercício de suas funções), seja em relação ao processo produtivo. Por outro lado, a figura do "coronel-doutor" anula, ou pelo menos atenua uma das maneiras da classe média tentar participar do processo político de uma maneira atuante ou mesmo enfrentar o poderio dos "coronéis sem patente". Uma forma de configuração da persistência do coronelismo vemos através da utilização dos mesmos mecanismos do "coronelismo tradicional" pelos "novos coronéis" para a sustentação de seu poder: a posse dos bens de fortuna, o sistema de parentelas, os casamentos como alianças políticas e junções de fortunas, o compadrio, a clientela, a "troca de

to". Este traduz a ausência de uma tomada de consciência ideológica diante do processo político, ocasião em que praticamente se anula a consciência de classe. Outro momento em que esta tende a ser abafada é por meio do compadrio que ao reunir compadres e afilhados estabelece uma das formas de controle-solidariedade, sendo mais forte e por isto mais incisivo entre a clientela de baixa renda e as camadas dominantes.

A oligarquia predominante petrolinense vem agindo no sentido de paralelamente à expansão de suas atividades econômicas obter também a extensão de seu poder político para além das fronteiras municipais. Neste sentido contribuíram as uniões matrimoniais pois cinco dos irmãos Coelho são casados com senhoras pertencentes a parentelas com projeção política. Outro mecanismo que conduz à elevação do prestígio da oligarquia predominante são os acordos políticos com alguns municípios do Sertão pernambucano: estes apoiam o candidato a deputado federal dos Coelho, os quais por sua vez financiam de acordo com o sistema de "troca

de favores", o candidato da área, obtendo votos. O forte controle da parentela dos Coelho sobre o eleitorado do Alto Sertão em geral e do petrolinense em particular justifica-se em parte pelo "espírito empreendedor" do grupo que se utilizando de seu prestígio político, ou seja, do "compromisso coronelista" com o governo estadual, consegue carrear para seu reduto eleitoral uma série de obras governamentais; aos olhos do "eleitorado de cabresto" estes empreendimentos aparecem como a própria materialização do trabalho da oligarquia predominante.

## CONCLUSÃO

---

A industrialização, a urbanização e o crescimento demográfico estão presentes em Petrolina e mesmo assim o sistema coronelista aí não se extinguiu porque os "novos coronéis" se adaptaram à nova realidade, com o apoio do governo estadual e federal. Neste sentido é que se revela uma série de pontos de concordância entre os interesses da oligarquia predominante e a política desenvolvimentista, que vem funcionando

como mecanismo de reforço ao poderio dos "modernos coronéis", longe de exterminá-los, como tentaram prever vários estudiosos do assunto. Realmente, para estes últimos, as alterações no nível da infra-estrutura (industrialização, urbanização e crescimento demográfico) acarretariam o extermínio, no nível da super-estrutura, do coronelismo, aqui entendido enquanto uma forma específica de dominação a nível político, embora este sistema seja muito mais abrangente. Sendo assim, não há uma dualidade entre "coronelismo tradicional" e "coronelismo moderno", mas sim uma relação na qual o "novo" se alimenta do "arcaico" e este alimenta o "novo".

Os "coronéis sem patente", em termos gerais, estenderam seu domínio do campo para a cidade. Desta forma, devido à industrialização, foram engendradas novas formas de relações de trabalho na cidade com a introdução dos operários como categoria profissional. No entanto, a presença deste setor modernizante inclui aspectos arcaicos, como a organização familiar das empresas. Em atendimento às especificidades ur-

banas e rurais, os novos "coronéis" assumiram diferentes papéis, que demonstram uma das formas de adaptação à realidade do campo e da cidade. Um destes papéis é desempenhado pelo "doutor". Este, enquanto filho do coronel ou o próprio "coronel-doutor", vem a ser uma das maneiras dos "modernos coronéis" acompanharem a evolução dos tempos, seja no intrincado "mundo palaciano" (os políticos estaduais e federais no exercício de suas funções), seja em relação ao processo produtivo. Por outro lado, a figura do "coronel-doutor" anula, ou pelo menos atenua uma das maneiras da classe média tentar participar do processo político de uma maneira atuante ou mesmo enfrentar o poderio dos "coronéis sem patente". Uma forma de configuração da persistência do coronelismo vemos através da utilização dos mesmos mecanismos do "coronelismo tradicional" pelos "novos coronéis" para a sustentação de seu poder: a posse dos bens de fortuna, o sistema de parentelas, os casamentos como alianças políticas e junções de fortunas, o compadrio, a clientela, a "troca de

favores", o "voto de cabresto", os cabos eleitorais, o "jogo de compromissos" entre as esferas municipal, estadual e federal, etc. Estes mecanismos ganham maior força na medida em que os "coronéis sem patente" controlam diretamente grande parte do mercado de trabalho local e exercem influência indireta sobre outra parcela.

---

Somente quando os trabalhadores urbanos e rurais constituírem partidos e passarem a votar em candidatos que verdadeiramente sejam seus, que os representem e a seus interesses, é que o sistema coronelista desmoronará.

---

A impossibilidade da escolha através do voto popular dos governadores estaduais depois de 1964 é apontado como uma das formas de cerceamento do poder dos chefes políticos municipais pelo governo central. Todavia, após analisarmos os governadores pernambucanos verificamos que tal afirmação não corresponde à realidade, pelo menos em Pernambuco. Constatamos que todos os governadores deste Estado após 1964 (menos diretamente Eraldo Gueiros) estão vinculados aos che-

fes políticos municipais e aos políticos identificados com o sistema coronelista. Assim, não concordamos com as afirmações de que as nomeações dos governadores por parte do poder central tenha debilitado, pelo menos de forma acentuada, o poder dos chefes políticos municipais, inclusive porque estes continuam exercendo interferência nas eleições diretas e indiretas para deputado e senador, embora as atribuições destes tenham sido restringidas. A nosso ver, as indicações dos governadores de Pernambuco após 1964 levaram em conta a estrutura política estadual anterior ao movimento militar, estrutura esta que persiste de maneira subjacente e que está vinculada ao sistema coronelista.

Sendo assim, concluímos que o sistema coronelista persiste no município de Petrolina até os dias atuais. Em muitos aspectos prosseguem ainda os mesmos mecanismos do "coronelismo tradicional". Por outro lado, estão cada vez mais presentes em Petrolina os elementos indicados pela literatura especializada como os ocasionadores do término do sistema coronelista. O que se verifica na

realidade é que acompanhando o desenvolvimento do sistema capitalista, os "modernos coronéis" se amoldaram à nova realidade, inclusive transformando-a em mecanismo de reforço para seu poderio. A nosso ver, o coronelismo só irá terminar quando um de seus alicerces básicos ruir. Situa-se aí o controle sobre o eleitorado, que redundará no "voto de cabresto" e envolve o "jogo de compromissos". Para que isto se transforme em realidade é necessário a conscientização de classe por parte do operariado urbano e dos trabalhadores rurais. Só quando estes constituírem partidos e passarem a votar em candidatos que verda-

deiramente sejam deles, que os representem e aos seus interesses é que o sistema desmoronará. Para isso é necessário que eles tenham condições de perceber mais claramente as formas de controle a que estão submetidos para que possam a elas se opor. A conscientização de classe, se processando em meio ao sistema capitalista, originará um novo tipo de poder mais condizente com este sistema, onde provavelmente até os próprios atuais "coronéis sem patente" tenham participação. Até lá, acreditamos que persistirá o coronelismo, a não ser que surja um dado novo que nos escapou. "É do couro que se faz a chibata!"

---

## A QUESTÃO DEMOCRÁTICA E O TRABALHADOR RURAL (1)

---

José Veiga\*

Existe atualmente uma quase unanimidade no interior das posições em afirmar que a melhoria real das condições de vida dos trabalhadores rurais passa pela conquista da democracia. Mas, quais são as condições necessárias para que a conquista da liberdade sindical e política abra caminho para uma democracia econômica e social? No que se refere ao campo, essa interrogação pode ser traduzida por uma outra bem mais concreta: como realizar uma reforma agrária que corresponda aos interesses dos pequenos agricultores e dos assalariados agrícolas?

O conhecimento do processo de reforma agrária no sul de Portugal pode ajudar a procura de respostas a essas questões. É com esse espírito que apresentaremos algumas rápidas observações.

1) Duas dinâmicas sociais paralelas marcaram a democratiza-

ção portuguesa desde o 25 de abril de 1974. Uma dinâmica revolucionária que se caracterizou por uma vasta intervenção das massas populares ao lado dos soldados, marinheiros e oficiais progressistas em todos os domínios da vida pública; e uma dinâmica institucional que se caracterizou por uma ação constante e concentrada da burguesia em todos os setores do aparelho de Estado, nas mais diversas tentativas de institucionalização.

---

(1) Comunicação apresentada à V Reunião Nacional sobre mão-de-obra volante na agricultura, nos dias 6 e 7 de dezembro de 1979, em Campus de Botucatu - UNESP. Essa comunicação é baseada em algumas conclusões retiradas da tese de doutoramento intitulada "Alentejo: do latifundismo à autogestão", Universidade de Paris - I Panthéon - Sorbonne, outubro/1979.

\* Doutor em economia Agrária, pesquisador da FASE.

Dentro da ampla frente que derubou a mais velha ditadura européia havia um forte setor liberal que se empenhou em limitar a democracia unicamente ao funcionamento das instituições republicanas. Para esse setor, a solução dos problemas que afligiam os trabalhadores rurais devia aguardar a elaboração de uma nova constituição, a realização de eleições legislativas e presidenciais, a aprovação de uma Lei de Reforma Agrária pelo parlamento e sua consequente aplicação pelos serviços competentes do Ministério da Agricultura.

Os trabalhadores alentejanos não tinham essa visão de democracia. Para eles, a democracia é antes de mais nada a sua auto-determinação. Por isso constituíram rapidamente suas organizações de classe, conquistaram Convenções Coletivas de Trabalho provisórias e logo em seguida passaram a ocupar os latifúndios com dois intuitos imediatos:

- impedir a sabotagem econômica iniciada pelos latifundiários;
- acabar com o desemprego.

A consciência, a organização, a disciplina e a determinação

dos assalariados agrícolas permitiram que no curto espaço de seis meses surgissem cerca de quinhentas Unidades Coletivas de Produção totalizando um milhão e duzentos mil hectares, anteriormente controlados pelos grandes proprietários do Alentejo e do Ribatejo.

2) As características das novas unidades de produção estão em nítida contradição com as relações de produção dominantes. Para a burguesia essa ilha autogestionária constitui um verdadeiro câncer. Apesar de dominadas pelo capitalismo, as explorações coletivas corroem pelo simples fato de serem um exemplo vivo da sua própria negação. Após quatro anos de aplicação de uma feroz contra-reforma agrária, praticamente 80% do setor coletivo foi mantido graças à resistência organizada pelos trabalhadores.

---

A força dos sindicatos foi absolutamente necessária para o avanço da reforma agrária. Mas não foi suficiente para responder aos desafios colocados pela gestão das novas unidades produtivas.

---

3) Quando se examina o mapa das terras ocupadas segundo os

diferentes distritos constata-se que ele corresponde praticamente ao mapa da influência sindical. A correlação entre o índice de sindicalização e a porcentagem de terras ocupadas é absolutamente nítida. Se considerarmos a zona latifundiária constatamos que a reforma agrária só não avançou onde - por diversas razões - os assalariados agrícolas não tiveram capacidade de constituir rapidamente sindicatos representativos. E essa falta de uma organização de classe representativa foi a regra entre os pequenos agricultores do sul, fazendo que estivessem ausentes do processo e inclusive que, mais tarde, alguns servissem de massa de manobra aos latifundiários.

4) A força dos sindicatos foi absolutamente necessária para o avanço da reforma agrária. Mas ela não foi suficiente para responder aos desafios colocados pela gestão das novas unidades produtivas. A comparação entre diversas zonas mostra que as experiências bem sucedidas não estão diretamente ligadas à força do sindicato local mas sim ao dinamismo das Comissões de Trabalhadores

criadas bem antes do movimento de ocupações. Desde o verão de 1974 os trabalhadores elegeram (no interior das fazendas) Comissões cujo principal papel era o de vigiar o patrão e impedir-lo de descapitalizar a empresa. Quando foi tomada a decisão de passar à ofensiva - em fevereiro de 1975 - essas Comissões adquiriram um novo papel, de um alcance histórico incalculável. Elas deveriam rapidamente substituir os capitalistas em todas as suas funções úteis de direção e administração. Para isso era absolutamente necessário que elas fossem a emanção de todos os trabalhadores da fazenda, e não só dos trabalhadores sindicalizados.

5) No período "quente" do movimento de ocupações, as Assembleias Gerais se formavam espontaneamente como lugar de poder e as Comissões mantinham-se em estreita ligação com o conjunto dos trabalhadores. A clareza da tarefa a ser realizada favorecia essa unidade. Rapidamente os imperativos de gestão começaram a mostrar a necessidade de uma coordenação entre as unidades coletivas. E essa função não podia mais ser

assegurada pelos sindicatos. A consolidação das explorações coletivas exigia uma estrutura própria de organização, coordenação e representação: as Uniões Cooperativas. Elas foram rapidamente criadas e funcionam bem nas zonas em que as Comissões tiveram um papel importante desde o início. O que não acontece necessariamente nos distritos onde os sindicatos eram mais fortes.

Essas rápidas observações sobre a experiência portuguesa

parecem mostrar duas coisas:

a) Tanto a conquista da reforma agrária como a sua consolidação dependem antes de mais nada da organização independente dos principais interessados: os assalariados agrícolas e os camponeses;

b) O aprofundamento da democracia em seu aspecto socio-econômico depende não somente da existência de um forte movimento sindical mas também da organização dos trabalhadores no interior das empresas.

---

## BALANÇO DE UMA GREVE CONTROVERTIDA

---

A zero hora do dia 29 de outubro último, estourava na capital paulista uma greve dos trabalhadores metalúrgicos, cujo andamento e repercussões poucos poderiam então prever e cuja avaliação é ainda hoje controversa.

Repressão brutal, um operário assassinado, muitos espancados e presos, intransigência feroz dos patrões, ação heróica dos piquetes, assembléias esvaziadas, lideranças divididas, foram alguns dos ingredientes de uma greve que, ainda assim se estendeu por mais de 10 dias e finalizou sem o atendimento, no fundamental, das reivindicações dos operários.

### VITÓRIA OU DERROTA?

Em torno dessa pergunta dividem-se as opiniões, trocam-se acusações, mas certamente será a partir do debate e do confronto prático das diversas posições e correntes sindicais que serão gestadas as condições para a construção da necessária unidade, não só da categoria metalúrgica, mas de toda a classe operária.

Como contribuição para esse debate, publicamos a seguir três textos de avaliação das greves escritos por trabalhadores metalúrgicos e que são expressivos de opiniões diversas sobre os acontecimentos.

## CHEGA DE AVENTURAS!

---

Aparecida Malavazzi (Cida)  
Cândido Hilário G. de Araújo (Bigode)  
Telma Pierre Rigaud (Telma)  
Ubiraci Dantas de Oliveira (Bira)

---

\*

### COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS:

Os companheiros abaixo assinados que tem participado ativamente nas lutas de nossa categoria, querem deixar claro suas opiniões sobre a última campanha salarial, os erros que nela foram cometidos e principalmente denunciar a aventura em que foi lançada a nossa categoria por uma Oposição Sindical que tem na irresponsabilidade, no divisionismo, no anarquismo e no descompromisso com a classe trabalhadora a razão de sua existência. Para isso fizemos uma análise da campanha salarial que apresentamos abaixo, com a finalidade de que ela seja a base de uma discussão a fim de que os metalúrgicos de São Paulo possam firmar um ponto de vista unitário sobre a campanha, de modo que as lições dela extraídas não permitam mais que voltemos a cair em aventuras.

### AS GREVES DE 1978

Para bem compreender as condições objetivas da atual campanha salarial, é necessário antes de mais nada que façamos uma recapitulação das experiências das greves de 1978 e como os patrões a elas reagiram.

Em 12 de maio de 1978 as máquinas pararam na SCANIA-VABIS em São Bernardo. Os companheiros metalúrgicos do ABC iniciaram uma série de greves por empresas na luta contra o arrocho salarial imposto pelo regime militar estabelecido com o golpe de 1º de abril de 1964. Os metalúrgicos de S. Paulo vieram engrossar o movimento grevista do ABC, paralisando em maio e junho as principais empresas da Capital. Do ponto de vista da luta sindical, a classe operária fez letra morta as

---

\* *Metalúrgicos paulistas.*

inúmeras leis e decretos anti-greve, principalmente a famigerada lei 4330 e ainda viu realizar na prática a sua reivindicação de negociação direta com os patrões, negando a fixação dos índices de reajustes do governo. Foram duas conquistas, duas significativas vitórias depois de 15 anos de repressão e arrocho. O movimento se alastrou para outras cidades e categorias distintas. Seu significado foi não só econômico e sindical mas eminentemente político, pois a intervenção do movimento de massas a partir dessa greve, se fez sentir em todo país e foi o fator decisivo para o início do enfraquecimento do regime militar.

Aqui em S. Paulo em inúmeras empresas foram criadas Comissões de Fábrica para as negociações diretas com os patrões. Algumas conquistaram o direito à estabilidade, mas de um modo geral, os patrões, especialmente as multinacionais iniciaram uma contra-ofensiva. Em várias empresas os ativistas sindicais mais combativos foram demitidos. No entanto, o nível de mobilização dos companheiros estava ainda alto, pois a

crise econômica ainda não entrava na sua fase mais aguda. É bom lembrar que no ano de 1978, os recursos do PIS-PASEP, que pertencem aos trabalhadores, estavam sendo usados pelos patrões da grande indústria através de empréstimos fornecidos pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), com juros bem abaixo da inflação, num verdadeiro negócio de pai para filho. As aplicações maciças de capital nessas grandes indústrias, amenizava a elevação da taxa de desemprego e o conseqüente aumento da rotatividade.

Em 30 de outubro de 1978 os metalúrgicos de S. Paulo, dando mostras de seu alto nível de unidade e combatividade, dão início a uma greve geral envolvendo toda a categoria. Diferente das greves de maio e junho - que foram greves por empresa - a greve geral de nossa categoria representou uma elevação do nível de consciência e de unidade dos metalúrgicos de S. Paulo. Logo no primeiro dia entraram em greve mais de 250 mil companheiros o que representava 80% da nossa categoria. A greve foi uma espetacular vitória dos metalúrgicos

de S. Paulo, apesar do seu prematuro encerramento pela Diretoria do Sindicato e ainda pela inclusão no acordo feito com os patrões de uma cláusula proibindo nova greve geral da categoria até a data base de 1 de novembro de 1979.

### A CONTRA-OFENSIVA PATRONAL

Após essa greve a contra-ofensiva patronal passou a ser exercida com maior rigor. Basta dizer que até meados do corrente ano, praticamente todos os ativistas sindicais já tinham sido despedidos da fábrica em que trabalhavam por ocasião da greve. Mas a repressão patronal não foi só exercida contra os companheiros mais combativos: pode-se dizer que toda a categoria tem sofrido a repressão patronal através do que ficou conhecido como a alta rotatividade de mão-de-obra. Sem medo de errar afirmamos por experiência própria que na grande maioria das empresas 80% dos companheiros não completam 2 anos de firma. E a finalidade dessa dispensa massiva não é somente rebaixar os salários, utilizando a maldita cláusula dos avos, mas é principalmente impedir a efeti

va organização dos trabalhadores para a luta por suas mais legítimas reivindicações. Os patrões conseguem por em prãtica essa criminoso política de dispensa de pessoal devido à existência de um grande excedente de mão-de-obra em particular de companheiros não especializados. Esses companheiros são provenientes em sua maioria do campo. A política econômica do regime militar é de proteção ao latifúndio e da moderna empresa agrícola, concentrando ainda mais o monopólio da propriedade privada da terra nas mãos de uns poucos. Com isso não é feita uma reforma agrária que, dando terra e trabalho aos nossos irmãos camponeses, evitaria sua vinda para os grandes centros urbanos.

Essa repressão a nível de toda a categoria e mais a repressão dirigida contra os principais ativistas de nosso Sindicato, se constitui num importante fator para a desorganização e consequente desmobilização de nossa categoria, principalmente nas grandes empresas. Esse fato objetivo, em nenhum momento foi levado em conta pela 0 posição Sindical, que subestimou a contra-ofensiva patronal.

Chegou mesmo a querer transformar seus sonhos em realidade, querendo fazer crer que o nível de combatividade e a disposição de luta dos metalúrgicos antes do início da campanha era ainda maior que em 1978!

### A CRISE ECONÔMICA E AS MANOBRAS DO GOVERNO PARA DIVIDIR OS TRABALHADORES

No presente ano se acentuou a crise econômica: já em agosto os patrões, através de uma de suas associações de classe - a ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base), reclamavam que as encomendas estavam bem abaixo do mínimo necessário para o funcionamento normal da produção de um conjunto de grandes empresas, muitas delas situadas na base territorial de nosso Sindicato. Por outro lado, publicações econômicas especializadas têm informado a existência de uma queda no índice geral da oferta de empregos: a revista EXAME de 1º de outubro de 1979, informava que o índice de emprego de agosto de 1979 era aproximadamente 25% menor do que em agosto de 78.

Por outro lado o regime tem procurado se apresentar com nova face. É o caso da nova lei de política salarial, que mantém o arrocho com nova roupagem. Diante do avanço do movimento democrático, o governo ao invés de garantir a liberdade de organização e expressão para todas as correntes políticas e ideológicas, vem ao contrário propor uma reformulação partidária cujo único objetivo é a divisão das forças de oposição, com repercussões negativas no movimento sindical, sobretudo na sua unidade. A Oposição Sindical além de não levar em conta o agravamento da crise econômica, do aumento de desemprego, etc., foi envolvida pela manobra política do governo visando desintegrar a frente das oposições ao regime militar, e agindo de forma divisionista colocou em primeiro plano nas lutas sindicais a defesa de seus interesses políticos e ideológicos, debilitando a unidade dos trabalhadores na sua luta comum contra os patrões.

### O AVENTUREIRISMO E OS MÉTODOS ANTI-DEMOCRÁTICOS DA OPOSIÇÃO SINDICAL NA CAMPANHA SALARIAL DE 1979.

É nessa difícil situação econômica e política que foi iniciada a nossa campanha salarial. Para que ela tivesse êxito seria indispensável um grande reforço de todos os ativistas sindicais para alcançar a unidade em torno de objetivos comuns, tendo em vista que a correlação de forças favorecia aos patrões. Porém, a oposição sindical na sua prática divisionista, centralizou seus esforços em desgastar e desmoralizar nosso Sindicato, a Diretoria e todos aqueles companheiros que se empenhavam na defesa da unidade na luta contra os patrões. Com isso, impediram que fosse feita uma campanha salarial que acumulasse força para a categoria, que trouxesse água para o moinho dos metalúrgicos na luta por suas mais elementares reivindicações. A reivindicação de 50% sobre os salários de maio, com um aumento mínimo de Cr\$3.000,00 e piso salarial de Cr\$6.104,00, foi, inicialmente a base para uma campanha salarial unitária, aprovada por 32 Sindicatos. No que diz respeito aos metalúrgicos de S. Paulo, Guarulhos e Osasco, as direções sindicais desses 3 Sindicatos chegaram a reafirmar, em reu-

nião ampliada com as bases, o compromisso com essa proposta. A Oposição Sindical, com firme propósito de golpear a unidade dos 32 Sindicatos, tachou levianamente essa proposta de "pelega", mentindo, desavergonhadamente para os companheiros metalúrgicos levantando a palavra de ordem de 83% sobre os salários atuais e piso salarial de Cr\$ 7.200,00 que foi aprovada no final de uma tumultuada Assembléia do nosso Sindicato, que se iniciou com mais ou menos 2.200 companheiros e terminou com aproximadamente 800. A aprovação dessa proposta se deu por uma pequena diferença através de uma votação feita com o simples levantar de braços. Com isso, foi rompida a unidade de ação com os metalúrgicos de Guarulhos e Osasco. Nas Assembléias seguintes a Oposição Sindical se radicalizava progressivamente com base na palavra de ordem "83% ou greve" o que paralisava as negociações com os patrões.

A irresponsabilidade da Oposição Sindical com esse radicalismo inconsequente deixava de lado uma das grandes conquistas das greves de 1978, isto é, a negociação direta com os

patrões, não querendo entender a importância fundamental dessa questão para o êxito da campanha salarial. Nessas circunstâncias o facção aplicado sobre os companheiros mais combativos, a alta rotatividade, a elevação crescente do desemprego pelo agravamento da crise econômica e os desmandos da Oposição Sindical, foram os principais motivos que afastaram a esmagadora maioria da categoria de uma participação mais efetiva na campanha salarial e na própria greve. De forma nenhuma foi a nova política salarial, como afirma o Ministro do Trabalho, ou a irreabilidade da reivindicação de 83% sobre os salários atuais os fatores principais que levaram ao afastamento da categoria nessa campanha salarial.

A 28 de outubro de 1979 uma Assembléia com aproximadamente cinco mil metalúrgicos decretou uma greve para uma categoria de 360 mil companheiros. Isso por si só já é um absurdo, não viessem a ocorrer outros, como os métodos anti-democráticos utilizados pela Oposição Sindical quando desejava impedir o uso da palavra por qualquer companheiro que estivesse em desacordo com a decre-

tação da greve, antes de esgotar até as suas últimas consequências as negociações com os patrões. Com a decretação da greve numa Assembléia de tal tipo, anti-democrática e pouco representativa, a categoria foi lançada numa aventura. Foi reprimida violentamente nos primeiros dias, ocasião em que foi assassinado o companheiro Santo Dias da Silva.

Estranhamente o TRT (Tribunal Regional do Trabalho), que sempre atende ao interesse dos patrões, não decretou a ilegalidade na primeira semana de nossa paralisação, como costuma fazer. Outro procedimento não normal foi o fato de a repressão ter sido totalmente retirada na quarta-feira, só voltando a existir na terça-feira seguinte à tarde. Tendo a Oposição Sindical interpretado esse fato de forma ilusória, ao acreditar que isso se devia a uma mobilização da categoria. Mesmo sem a repressão policial e ainda com a greve legal, os piquetes que se formaram a muito custo conseguiram paralisar algumas fábricas. Alguns piquetes levaram quase uma hora para conseguir fazer com que muitos companheiros que estavam trabalhando se retirassem da

fábrica. Em muitos casos isso só foi conseguido com ameaça de agressão física. Em muitas empresas, os patrões, mesmo sem a presença dos piquetes, suspenderam o funcionamento da empresa por conta própria, como aconteceu na METALÚRGICA ATLAS, FORD, GE e outras.

### A GREVE NÃO FOI UMA VITÓRIA

Do ponto de vista econômico, devido à existência de estoques em muitas empresas, da falta de encomendas, a greve sem dúvida favoreceu aos patrões. Isto porque os patrões não vão pagar os dias parados e vão descontar nas férias o número de dias referentes à paralisação, que ilegalmente consideram como faltas não justificadas. Do ponto de vista da categoria a greve não foi, como diz a Oposição Sindical, uma vitória, mas sim uma derrota cujas consequências maléficas em futuros combates com os patrões somente poderão ser superados pela tradição de luta e combatividade que sempre caracterizaram nossa categoria. Do ponto de vista político a derrota que sofremos vai ter repercussões negativas junto

ao movimento de massas e ao movimento democrático, prejudicando sensivelmente a luta pela reconquista das mais amplas liberdades democráticas. Mas a Oposição Sindical chega ao absurdo de afirmar que "A greve foi uma vitória". Mas, como falar em vitória com a melancólica assembléia de encerramento da greve onde havia 600 pessoas, a maioria das quais era estranha à categoria? Como falar em vitória com centenas de companheiros demitidos por "justa causa"? Como falar em vitória quando a repressão assassina um companheiro e fica totalmente impune?

Por outro lado a Diretoria do nosso Sindicato em nenhum momento se opôs de forma efetiva à decretação de uma greve furada ou ao seu prosseguimento em condições precárias como vinha se dando. Pelo contrário, abdicou de suas responsabilidades como dirigente do maior Sindicato da América Latina.

Em 1978 por ocasião da votação do acordo a Diretoria exigiu o escrutínio secreto. Nessa ocasião o escrutínio secreto serviu somente para ouvir uma minoria da categoria pois só pu

deram votar os associados do Sindicato, quando a esmagadora maioria dos metalúrgicos estava mobilizada para o prosseguimento da greve. Na última paralisação, quando ao contrário, a imensa maioria não queria greve e desejava sua suspensão, a Diretoria não realizou uma votação por escrutínio secreto para decidir a justeza ou não do movimento. Chegou mesmo a realizar Assembléias em plena rua do Carmo sem o menor controle, podendo nela se manifestar e inclusive votar elementos totalmente estranhos à categoria.

Nossa opinião é que principalmente nas campanhas salariais não devemos medir esforços para alcançar a mais ampla e sólida unidade de ação na luta contra os patrões pela conquista das nossas mais legítimas reivindicações. Nessa ocasião temos só um único inimigo: o grupo 14 da FIESP. Porém, a posição Sindical inverte completamente o problema: para ela somos nós e a Diretoria os principais inimigos. Por outro lado, a Diretoria do Sindicato querendo que o fracasso da greve ficasse apenas nos ombros da Oposição Sindical, se omitiu e com isso permitiu que o

Sindicato passasse a ser um instrumento de um grupo aventureiro que não representa os verdadeiros interesses da categoria.

### COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS!

Nossa posição quanto à greve foi bem clara: na qualidade de representantes de setor defendemos a sua decretação numa Assembléia com qualquer número de companheiros porque assim nosso setor havia decidido. Mas a nossa opinião sempre foi conhecida: só admitimos a decretação da greve numa Assembléia Geral com comparecimento de no mínimo 10 mil companheiros e que de fato reflita a disposição de luta existente nas fábricas, e nelas não havia um espírito receptivo à greve, havendo até algumas fábricas em que uma parte dos companheiros continuaram trabalhando, o que facilitou em muito a tomada de represálias por parte dos patrões contra os que haviam paralisado.

### COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS!

Perdemos uma batalha mas não perdemos a guerra contra os patrões. Temos confiança na nos

sa combativa categoria. Vamos retomar a luta. Para isso é necessário aprofundar o conhecimento de nossa situação e dos patrões. É necessário conhecer antes de tudo o estado de ânimo de nossos companheiros nas fábricas, e as condições objetivas que influem sobre nossa categoria: o seu perfil salarial e a alta rotatividade existente, a taxa de desemprego, etc. É importante conhecer como a crise econômica atinge os vários setores da produção, especialmente naqueles em que ela é feita pelos metalúrgicos. É com esse domínio da realidade que devemos retomar o trabalho de esclarecimento, organização e mobilização de nossa categoria para futuras lutas. Daí porque estão na ordem do dia levar à prática uma intensa campanha de sindicalização, dinamizar e garantir o funcionamento permanente de nossas sub-sedes, reivindicar maior

apoio ao DEC (Departamento de Educação e Cultura), para que ele possa atender plenamente as suas finalidades de educação de nossa categoria através de seus cursos, formando novos companheiros ativistas sindicais.

### COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS!

Mas, é fundamental o combate ao aventureirismo, o anarquismo e o divisionismo da Oposição Sindical, que só nos enfraquece na luta contra os patrões.

Com consciência, organização e unidade nossa categoria forjará um Sindicato forte, combativo e democrático, garantia de vitórias futuras.

### CHEGA DE AVENTURAS!

São Paulo, 30 de novembro de 1979.

## O AVANÇO QUE A NOSSA GREVE SIGNIFICOU

---

Helio Bombardi\*

Vito Gianotti\*

A greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos é sem dúvida um marco histórico no avanço das lutas da classe operária. Por que?

Foi o primeiro combate direto contra a nova política de arrocho salarial imposta pelo governo e contra a falsa abertura do regime. Para o governo - como sempre - a greve é um caso de polícia. Senão, vejamos: prisão de centenas de trabalhadores, assassinato do companheiro Santo Dias, invasão da Igreja do Socorro. Mesmo assim, os metalúrgicos não se calaram. Prova disso são os piquetes de até 10 mil metalúrgicos nas várias regiões industriais de São Paulo.

A momentânea derrota econômica dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos, fez aparecer todos aqueles que tentam desmoralizar nossa greve: a) os patrões e o governo, que temem a greve como fator de diminuição dos lucros e principalmen-

te fator de avanço nas lutas operárias; b) as correntes políticas que se dizem ligadas aos interesses dos trabalhadores, mas que se vincularam aos pelegos e apostaram tudo no controle da máquina sindical, combatendo todas as lutas que não estão sob seu controle; c) os sindicalistas de gabinete que se preocupam mais em fazer altos arranjos sindicais e políticos em nome dos trabalhadores - sem consultá-los e também pouco se preocupam em organizá-los pela base.

De que nos culpam? Talvez nos culpem por termos feito milhares de pesquisas nas fábricas para saber que aumento de salário estava interessando aos trabalhadores, ao contrário dos 32 sindicatos que, sem fa-

---

\* Metalúrgicos paulistas, assinam este artigo em nome da oposição sindical metalúrgica de São Paulo.

zer nenhuma reunião com os trabalhadores, apareceram com o índice mágico de 50%. Talvez nos culpem por darmos maior importância à organização de grupos e comissões de fábricas do que as reuniões de cúpula. Ou será que nos criticam por não termos feito um acordo com a diretoria pelega?

Lutamos pela formação dos comandos (primeiro de mobilização e depois de greve), onde todas as decisões eram tomadas coletivamente. Nos comandos, desapareceram oposições, as tendências e a situação. Defendemos e garantimos que todas as questões fossem discutidas fábrica por fábrica e votadas segundo a vontade da maioria dos metalúrgicos. Todo esse processo levou mais de dois meses, com a convocação de centenas de fábricas cuja participação média variava entre quarenta e cem operários.

Criticam-nos por sermos oposições que vivem a brigar entre si. Mentira, temos nossas divergências, mas na luta as oposições abriram mão de seus interesses particulares para defender a unidade nos comandos. As críticas de aventureirismo deixamos de responder, porque

são tão levianas que não merecem espaço no debate operário, tal a forma como vêm sendo feitas.

Na verdade, muitos críticos estão se beneficiando mais da chamada "derrota econômica". Tratam a greve como derrota. Não lhes interessa analisar nem reconhecer a condução democrática e a efetiva participação das massas. Isso seria reconhecer que de fato está-se desenvolvendo outra proposta de prática sindical em contraste com o cupulismo hoje dominante.

Finalmente, muitos de nossos críticos esquecem o que é atuar num sindicato com a tradição de peleguismo e traição como o de São Paulo. Mas hoje começam a temer muito mais as oposições sindicais que o próprio peleguismo. Esquecem também, de ouvir as propostas e analisar a prática das oposições que nada tem de paralela. Toda luta foi conduzida para o sindicato.

Se os comandos e a maioria dos trabalhadores combativos nas fábricas respeitam as oposições é porque nós defendemos a formação destes organismos de

decisão democrática. Assim, as oposições continuam a propor a todos os trabalhadores: "Sindicalizem-se e lutem com a oposição".

Achamos incorretas as análises que se prendem à derrota como fato acabado. A luta não acabou, milhares de companheiros voltam às fábricas de cabeça erguida. A experiência conquistada já pertence às fábricas. Os trabalhadores compreenderam que foram reprimidos politicamente. Dessa compreensão não nasce o derrotismo, mas ela es

timula a avançar nos objetivos e nas formas de luta seguindo os aprendizados acumulados. E para responder às novas formas de exploração patronal e à política repressiva do governo, só vemos um caminho: incentivar a que todos os trabalhadores tomem nas suas mãos suas lutas e seu destino, ampliando a união de todas as categorias e rejeitando, sem conciliações a estrutura sindical atrelada, a nova política salarial e qualquer arranjo político feito às custas dos trabalhadores.

## AS LICÇÕES DA GREVE

---

Antonio Flores  
e  
Luís Vergatti\*

### AOS COMPANHEIROS METALÚRGICOS

---

A greve terminou, mas a luta continua. A categoria não pode sair enfraquecida deste episódio. Os seus objetivos vão muito mais longe do que uma campanha salarial.

Nossa última campanha salarial foi sem dúvida muito importante, não só para a categoria mas para o conjunto da classe operária brasileira. Os trabalhadores do Brasil inteiro estavam com os olhos voltados para São Paulo, pois sabiam que a luta do maior sindicato da América Latina dizia respeito a todos.

O balanço final da campanha salarial, e da greve que foi seu instrumento, não pode ser outro: a categoria sofreu uma derrota neste episódio. E esta derrota tem que ser analisada com os pés no chão e os olhos no futuro.

Cometeram-se muitos erros e é preciso apontá-lo.

Um dos ensinamentos da história do movimento operário é que uma campanha salarial deve ser uma sábia mistura de pressões e negociações, sendo a greve o mais poderoso e temido instrumento de pressão dos operários sobre os patrões e, por isso mesmo, devemos preservá-lo de desgastes inúteis. Posições do tipo "83% ou greve" não podem caber numa campanha salarial, a não ser que a conquista do melhor aumento possível seja um objetivo secundário.

O grupo que propôs 83% e posteriormente assumiu a direção das negociações - que falava em negociar com os patrões mas, na prática, fechou as portas a qualquer solução negociada - estava longe de conhecer o sentimento da categoria. Is

---

\* Operários metalúrgicos de o  
posição sindical.

so foi demonstrado pelo esva-  
ziamento de uma greve que não  
abria perspectiva alguma, ao  
contrário, levava a um beco  
sem saída.

O que há por trás de tudo isso?

É preciso denunciar que tudo  
isso ocorreu porque alguns  
queriam provar que o sindica-  
lismo paralelo é a solução pa-  
ra os problemas da classe ope-  
rária. A palavra de ordem "to-  
dos para os comandos" tinha co-  
mo finalidade esvaziar o sindi-  
cato, tinha por objetivo cons-  
truir, na prática, um sindica-  
to paralelo. Isso contribuiu  
para desnortear os metalúrgi-  
cos, que ficaram sem uma refe-  
rência concreta, sem saber a  
quem cabia a responsabilidade  
pela direção da campanha sala-  
rial.

Esse grave erro, o de esvaziar  
o sindicato, teve ativa colabo-  
ração do grupo que monopoliza  
o sindicato desde 1964, cujo  
objetivo estava claro desde o  
começo: responsabilizar a ope-  
sição pelo que viesse a ocor-  
rer. Esse grupo colocou seus  
interesses políticos acima dos  
interesses dos metalúrgicos e  
foi tão responsável pelo fra-  
caso da campanha salarial

quanto os que fecharam todas  
as portas à negociação.

Os vanguardistas, intitulado-  
-se comando geral de greve e  
assumindo a posição de únicos  
representantes da oposição sin-  
dical, com a intenção de tomar  
o sindicato nesta campanha, pro-  
curaram afastar do sindicato  
todos aqueles companheiros que  
tinham o propósito de levar os  
trabalhadores a uma vitória. Pa-  
ra essa empreitada contaram  
com o apoio do grupo dominante  
no sindicato que, desejoso de  
ver o fracasso da greve, abriu  
mão da sua parcela de responsa-  
bilidade na campanha para pre-  
cipitar a derrota. E para isso,  
esse grupo serviu-se dos prega-  
dores do sindicalismo parale-  
lo, que executaram a sua tare-  
fa conforme a encomenda.

A uns interessava esvaziar o  
sindicato para provar, na prati-  
ca, a justiça da sua tese de  
sindicalismo paralelo. A ou-  
tros convinha a prática do sin-  
dicalismo paralelo para levar  
a categoria à derrota, para po-  
derem dizer que foram democrá-  
ticos e nada puderam fazer pa-  
ra evitar o desastre, pois a  
oposição tomou a direção da  
campanha (e da greve) e passou

a ser responsável por tudo.

E a categoria dos metalúrgicos? E os interesses do movimento sindical?

Os interesses dos metalúrgicos não foram considerados nem por uns nem pelos outros. E nossos interesses são claros: conquistar nossas reivindicações e reforçar nossa unidade e organização em torno do sindicato, partindo de nossos locais de trabalho. Precisamos transformar o sindicato em instrumento de avanço de nossas lutas, seja nas campanhas salariais, seja na luta permanente contra a atual estrutura sindical fascista.

Essa campanha mostrou uma outra coisa importante: é preciso muita luta e muito trabalho para se chegar a mecanismos verdadeiramente democráticos no interior das próprias lutas operárias. Esta foi uma campanha sem o menor respeito aos mínimos princípios da democracia operária. As assembleias foram uma farsa. Dar um minuto para cada orador para defender a sua posição numa assembleia é exigir que ele não possa falar. Permitir que só os comandos indicassem os oradores e só eles pudessem falar é cas

sar a palavra do trabalhador. Levar bumbo para impedir que companheiros, equivocados ou não, sejam ouvidos numa assembleia operária é um grave erro. Levar ovos para jogar em oradores que fazem uso da palavra numa assembleia operária é um insulto ao conjunto da classe operária.

Jogar a culpa pelos erros cometidos sobre a repressão, não ajuda a compreender nada do que aconteceu. A polícia a serviço dos patrões sempre teve este papel, e todos os trabalhadores sabem disso. Os patrões dificultam as negociações, e não seriam patrões se não o fizessem. A polícia age com selvageria e chega a assassinar trabalhador: este país não estaria sob uma ditadura se não fosse assim. Há quinze anos, há cem anos esses são fatos do dia-a-dia, e a luta da classe operária tem avançado apesar disso e, principalmente, por saber disso. É preciso acusar a repressão da ditadura e a cegueira dos patrões, mas para o avanço da nossa luta é tão ou mais importante conhecermos os nossos próprios erros e problemas.

A luta contra a estrutura sin

dical fascista continua: O seu caminho passa pela conquista do sindicato pelos trabalhadores organizados nas fábricas. A conquista do sindicato pelos trabalhadores, através da prática de uma política sindical compatível com os interesses da categoria é o grande objetivo atual dos metalúrgicos de São Paulo. Pois só a categoria unida em torno do seu sindicato, transformado em poderoso instrumento de luta, poderá avançar em direção dos seus objetivos mais amplos: a construção de um sindicalismo unitário e democrático, independente do governo e dos patrões, cuja expressão máxima seja a

Central Única dos trabalhadores.

O primeiro passo em direção a isso é reforçar a união e a organização dos trabalhadores para evitar que, mais uma vez, um punhado de tocadores de bumbo ocupem as assembléias e, fazendo o jogo de diretores sindicais que não estão preocupados com os interesses dos trabalhadores, leve a categoria a outra derrota.

COMPANHEIROS!

O SINDICATO SERÁ FORTE QUANDO  
VOCÊ PARTICIPAR!

**\* DEPOIMENTOS DE LAVRADORES  
EM FITA CASSETE**

- LAVRADORES RELATAM SUAS LUTAS  
EM DEFESA DAS SUAS TERRAS

**AUDIO VISUAIS**

***PARA EDUCAÇÃO POPULAR***

Informações



FASE

**\* CONJUNTO DE SLIDES SOBRE  
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA**

- QUAIS OS DIREITOS DA CLASSE OPERÁRIA?
- A LEGISLAÇÃO ATENDE AOS INTERESSES  
DA CLASSE OPERÁRIA?

---

**LÍDERES POPULARES DEBATEM  
REFORMA PARTIDÁRIA EM NOVA  
IGUAÇU**

---

Mais de 400 líderes populares reuniram-se em Nova Iguaçu no dia 9 de dezembro último com a finalidade de discutir a reforma partidária imposta pelo governo e estabelecer os caminhos concretos para a oposição popular.

O Encontro, que durou o dia todo, foi proposto e coordenado por uma comissão representativa das principais entidades populares da região, tais como o Movimento Amigos de Bairro de N. Iguaçu, a Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro, o Grupo Terra e Habitação, além de algumas entidades e líderes sindicais. O Encontro contou com a participação também de alguns parla-

mentares.

Numa vã tentativa de intimidação, na madrugada do dia 9, grupos de direita invadiram a Igreja onde se realizaria o Encontro e picharam as paredes e o chão com dizeres do tipo "Fora PCB", "D. Adriano, bispo comunista", etc.

O debate, tanto nos grupos como na plenária, girou em torno das opções PMDB e PT, ficando acentuada a necessidade da unidade do conjunto das oposições no terreno da política partidária, como única forma de enfrentar com eficácia a ditadura militar e fazer avançar o movimento popular.

A plenária final aprovou o seguinte documento:

As Lideranças Populares, com representantes de mais de 70 Associações de Bairro, Líderes Sindicais, Parlamentares, reunidos em Nova Iguaçu no dia 09/12/79:

1) Repudiam o ato infame e covarde dos inimigos do povo que, mais uma vez, agredindo D. Adriano Hipólito, atinge a todos os trabalhadores e o povo brasileiro.

2) Repudiam o projeto de refomulação partidária do governo por considerá-lo autoritário, restritivo e contrário aos interesses do povo, de vez que não tem por objetivo senão dividir as oposições e afastar o povo da participação política.

3) Consideram que, diante dessa reformulação e tendo em vista a conquista de uma efetiva liberdade partidária torna-se indispensável o estabelecimen-to de uma sólida e efetiva frente de unidade popular contra a ditadura.

4) Consideram de importância fundamental para a construção dessa unidade e para o próprio fortalecimento dos movimentos populares a ampliação e o aprofundamento do debate político ao nível, não são das líderanças mas de todo o conjunto do movimento dos trabalhadores e do povo em geral. Este encon

tro é parte desse debate e como tal representa para nós o momento de unidade e de início de uma participação política mais ampla.

5) Consideram que essa frente deverá se expressar num partido que seja capaz de organizar o conjunto das lideranças operárias e populares, que seja um conduto político dos trabalhadores e do povo. Um partido que incorpore ao seu programa as lutas expressas pelo conjunto do movimento operário e popular. Um partido que não sô tenha uma vida parlamentar mas que fundamentalmente esteja presente no dia a dia das lutas populares.

6) Consideram que a construção desse partido passa por várias etapas e concepções, mas para nós, hoje reunidos, fica patente a necessidade e o esforço conjunto pela união de todas as forças de oposição popular em torno de um programa único e de um partido único de unidade das oposições, que seja capaz de levar adiante as lutas concretas de nosso povo, e as

denúncias concretas de atos arbitrários.

E daqui, hoje, lançam um chamado a todas as forças de oposição que a nosso exemplo, unam-se efetivamente na luta contra o verdadeiro e maior inimigo do povo brasileiro: a DITADURA MILITAR.

Nova Iguaçu, 9 de dezembro de 1979.

---

## II<sup>a</sup> ASSEMBLÉIA NACIONAL DA CPT LANÇA CARTA AO POVO

---

Companheiros e companheiras,

Nós, trabalhadores rurais, junto com pescadores, garimpeiros, bispos, pastores, padres, religiosas e agentes pastorais, ligados ao trabalho da terra, debatemos e estudamos nesta Assembléia da CPT vários assuntos. Queremos comunicar a vocês o que foi concluído de nossa conversa:

### A situação da terra

A terra, no Brasil, continua privilégio de uns poucos. A maior parte da produção agrícola é fruto do trabalho dos pequenos e médios agricultores, mas a maior parte da terra do país está nas mãos dos grandes proprietários que quase nada produzem. Para os grandes proprietários, a terra é capital, é lucro. Como denunciavam os antigos profetas, eles querem juntar terra sobre terra, expulsando os agricultores, tratando jagunços, dando cobertura a grileiros, subornando a polícia e a justiça, atirando o povo trabalhador na estrada do desamparo e da miséria.

Nos últimos anos, os agricultores estão tomando consciência dos seus direitos e unindo suas forças em organizações de base. A Igreja, em sua "opção preferencial pelos pobres" (Puebla), procura colocar-se ao lado da causa dos oprimidos e, junto com eles, também vem sendo ameaçada, perseguida e, muitos de seus membros, presos e assassinados.

Essa realidade sô comprova cõmo é grave a situação da posse e uso da terra em nosso país e como é urgente encontrar os caminhos capazes de conduzir os agricultores, os pescadores, os garimpeiros, à terra prometida da liberdade e da justiça.

A respeito da luta pela terra, decidimos apoiar os trabalhadores nas seguintes reivindicações:

- 1) Na luta pela Reforma Agrária, porque acreditamos que a terra é de quem nela trabalha e vive;
- 2) Nas lutas de resistência à opressão e exploração;
- 3) No direito do trabalhador rural que não tem terra, inclusive dos que foram expulsos da terra, de tomar posse de áreas produtivas não cultivadas dos grandes latifúndios e das terras públicas;
- 4) Nos casos de expulsão da terra, a não aceitar indenizações. A terra se troca pela terra.

e decidimos também:

- 1) Procurar conhecer as leis que defendem o trabalhador rural, o pescador, o garimpeiro, e as causas da migração, lutando pela fixação do homem à terra;
- 2) Denunciar a devastação da Amazônia e a expulsão de agricultores, habitantes de áreas em que o governo implanta projetos de irrigação e barragens;
- 3) Apoiar a luta dos pescadores, expulsos das praias pelo turismo e pela urbanização de senfreada. Denunciar as usinas e indústrias que poluem os rios, envenenando as águas e matando os peixes, pondo em risco a vida das próprias pessoas;
- 4) Fazer pressão contra o uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura, que ameaça a vida da terra e do homem.

A respeito da luta sindical, decidimos:

- 1) Continuar apoiando o sindicato como órgão de classe dos

trabalhadores. Incentivar a maior participação nos sindicatos. Valorizar a oposição sindical que quer renovar o sindicato e mudar a estrutura do sindicalismo ligado ao governo;

2) Em cada região, buscar meios para o surgimento de organizações de base, sobretudo de delegacias sindicais;

3) Incentivar sempre mais as maneiras de os trabalhadores viverem organizados, pois a união dá força contra os "pacotes agrícolas", os grileiros, os jagunços, os atravessadores ou intermediários;

4) Dar todo o nosso apoio ao direito que pescadores e garimpeiros têm de se organizar e criar livremente os órgãos de classe;

5) Apoiar a luta para que o INAMPS (FUNRURAL) seja, de fato, uma forma de o Estado devolver ao povo o muito que é a ele entregue, na forma de impostos, taxas e produtos.

A respeito da luta política,  
decidimos:

1) Tendo em vista que temos sido traídos, enganados, por muitos políticos, vamos, neste momento de reforma política e de criação de novos partidos, participar para impedir que as "velhas raposas apareçam com pele de ovelha";

2) Lutar para que as novas propostas políticas valorizem as organizações de base, sejam integradas por trabalhadores do campo e da cidade e, no seu programa e na sua ação, busquem realizar as necessidades e as pirações do próprio povo trabalhador;

3) Discutir política, para que os trabalhadores rurais e agentes pastorais não sejam mais uma vez, enganados por conversa de quem não vive ligado aos interesses dos trabalhadores. Entendemos que os trabalhadores rurais não podem abrir mão de exigências políticas como: a Reforma Agrária, a Justiça Agrária, o fim do "pacote agrícola", o crédito ao alcance do pequeno agricultor, a mudança da estrutura sindical, o fim da interferência do INCRA nas ini

ciativas do pequeno e médio agricultor.

A respeito de nossa vida de fé:

Pela fé na palavra de Jesus e pelo batismo, somos a Igreja no meio rural, organizada na forma de Comunidades Cristãs de Base, onde brotam os grupos da CPT. Por nossa esperança e coragem na luta, denunciando profeticamente as injustiças, queremos dar provas da Justiça de Deus.

Por isso, decidimos:

1) Apoiar e defender todos aqueles que, comprometidos com a luta pela terra, sofrem perseguições, processos ou são presos. À luz do Evangelho, somos solidários com todos aqueles que assumem com a vida a causa de libertação dos oprimidos;

2) Aprofundar sempre mais a nossa fé e capacidade de amar, valorizar as celebrações populares, como cultos, cânticos, rezas e romarias, como lugares em que a vida de Deus alimenta o compromisso com a libertação;

3) Como órgão pastoral, não fazer da CPT uma forma de organização de todos os agricultores, mas que ela ajude a criar formas autônomas de organização, onde todos, sem distinção de crença, estejam unidos nos mesmos interesses de classe;

4) De acordo com Puebla, respeitar a fé de nosso povo e ajudá-la a desabrochar em sua dimensão social e política, para que todo aquele que se abrir à vida de Cristo, faça da própria vida um dom à libertação de todos os oprimidos de nossa terra;

5) Aprofundar sempre mais a Teologia da Terra, isto é, os fundamentos de nossos direitos sobre a terra que se encontram na Palavra de Deus e nos documentos da Igreja.

Ao terminar esta carta, apelamos a todas as mulheres do meio rural, para que participem das organizações de base e das lutas pela terra, pondo fim ao machismo e à opressão dentro das próprias famílias.

Com nosso abraço solidário, no

Senhor da Libertação.  
Goiânia, aos 29 de setembro de  
1979.

IIª Assembléia Nacional da Co  
missão Pastoral da Terra.

---

PORTO ALEGRE REALIZA IIº  
ENCONTRO ESTADUAL DE VILAS

---

Com a participação de cerca de  
150 representantes de 31 Asso  
ciações de Moradores de bair  
ros populares realizou-se no  
fim de setembro em Porto Ale  
gre o II Encontro Estadual de  
Vilas.

Organizada pela FRACAB - Fede  
ração Riograndense de Associa  
ções Comunitárias e Amigos de  
Bairro - a reunião girou em  
torno de 4 temas, que corres  
pondem às lutas principais  
dos moradores da região: POSSE  
DA TERRA, CRECHE, CARESTIA e  
TRANSPORTE COLETIVO.

Para cada um desses temas fo  
ram formados grupos de traba  
lho que, a partir de um texto

preparatório elaborado pela  
comissão organizadora, debate  
ram e concluíram as linhas de  
luta que, em seguida, foram a  
presentadas em plenários.

A parte final foi dedicada à  
questão da união e da organiza  
ção do povo. Sobre isso, eis  
um trecho do relatório final  
do Encontro:

"... Todos concluíram que, pa  
ra enfrentar essas quatro lu  
tas, é preciso união. Essa u  
nião só acontece quando o povo  
está organizado na FÁBRICA,  
(sindicato, oposição sindical,  
comissão de fábrica), na POLÍ  
TICA (partidos) e na VILA (as  
sociações).

#### 1. ORGANIZAÇÃO NA FÁBRICA

É importante o trabalho conjun  
to de bairros (associações, co  
missões) com sindicatos autên  
ticos e oposições sindicais em  
cima de lutas comuns, pelo salá  
rio, pelo congelamento dos pre  
ços, pelo direito de greve, li  
berdade e autonomia sindical,  
anistia, liberdade de organiza  
ção partidária independente da  
classe trabalhadora, etc...

A Associação e seu departamento operário não podem substituir o sindicato. Mas podem ajudar o sindicato a cumprir o seu papel na defesa dos interesses de cada categoria.

A Associação deve incentivar a participação de todos, homens e mulheres, nos sindicatos. Deve apoiar as oposições sindicais combativas, que não existem só para apresentar uma chapinha, mas para mobilizar a categoria fazendo o trabalho de organização nas fábricas e moradias.

Deve ajudar na sindicalização dos operários, esclarecendo o que significa um sindicato, que não é só para dar assistência médica (isso é mais INPS), mas para brigar com o patrão.

## 2. A ORGANIZAÇÃO NO PARTIDO POLÍTICO

Os estatutos das associações proíbem que elas sejam partidárias. As associações não podem pertencer a nenhum partido político, pois as associações são uma organização independente dos trabalhadores.

As associações, no entanto, precisam se envolver em política, mas como todo mundo concordou no encontro que não é só a política dos patrões. A luta por melhores condições de vida é uma luta política.

A maioria dos problemas enfrentados não são resolvidos por causa do governo que é dos patrões e que só defende os seus lucros. Por isso foi ressaltada a necessidade de um governo dos trabalhadores, que para ser construído precisa de um partido dos trabalhadores.

Os ricos já estão cheios de partidos. Nós não temos nenhum. Falta criar condições para que o trabalhador possa escolher as opções que lhe interessam. Falta discutir mais sobre que partido é o do operário, como deve ser um partido que defenda o operário.

O partido é uma forma importante de organização, mas para sustentar esse partido é necessário que as organizações do povo (Associações, Clubes de Mães, Sindicatos) continuem firmes e independentes, inclu

sive para fiscalizar o partido.

A organização deve partir dos oprimidos. É ilusão e ingenuidade acreditar que é possível conciliar os interesses dos oprimidos e opressores. Mesmo os grupos religiosos devem partir dessa contradição básica. É a contradição dos que tem e dos que não tem.

Surgiram duas propostas de organização política: PARTIDO DOS TRABALHADORES: o PT, que é o partido dos trabalhadores sem patrões. Um partido só dos trabalhadores. Onde o trabalhador vota em trabalhador, porque fazer política é defender os interesses de classe. Patrão vota em patrão porque eles sabem defender os interesses da classe deles.

O mais importante hoje, é a organização independente dos trabalhadores. Nenhum partido, nenhum político, nada deve impedir essa liberdade. O partido, o político só servem para se colocarem a serviço das lutas dos trabalhadores. O PT luta por um governo que seja dos

trabalhadores e acabe a contradição entre os que tem e os que não tem.

Outra proposta foi a da FRENTE POPULAR que propõe a união de todas as oposições numa frente popular contra a ditadura militar. É importante se unir numa frente popular porque o interesse do trabalhador é um só, então porque se dividir em tantos partidinhos que só servem para dividir o povo, que mais do que nunca deve se unir para lutar por seus direitos.

Essa Frente Popular deve se prontificar a ajudar em todas as lutas populares, até ter força bastante para impor um partido frente ao regime.

Uma das propostas da FP é que o MDB poderia ser essa frente. Foi pedido que seja feita uma campanha nas vilas para a transferência dos títulos eleitorais dos moradores para o lugar onde estão vivendo. Outra campanha para que o pessoal faça inscrição no MDB para fazer esse partido assumir mais as lutas populares.

### 3. A ORGANIZAÇÃO NAS VILAS .

A Associação deve ser o órgão catalizador do pessoal da vila. A Associação deve ser um meio de canalizar as lutas, de conscientizar os moradores.

Organizar COMISSÕES DE DONAS DE CASA, CLUBES DE MÃES pois a mulher é duplamente oprimida, como mulher e como trabalhadora.

Criar DEPARTAMENTOS OPERÁRIOS nas associações para lutar pelos direitos dos operários, fortalecendo a organização dos trabalhadores.

Fazer da Associação e outras entidades o centro de discussões das decisões a serem tomadas, das lutas a serem levadas. Debater nas associações todas as questões que atingem o trabalhador: a CLT, a Reforma Partidária, salários, sindicatos, etc...

Criar COMISSÕES DE TAREFAS para atender todas as necessidades da vila.

Precisamos começar a conquistar pessoas. Primeiro as da própria família, a esposa, os

filhos, para depois os vizinhos e amigos.

As Associações devem ser autênticas e independentes, que respondam unicamente aos interesses da vila e dos moradores.

A Associação deve usar todas as LUTAS CONCRETAS da população para CONSCIENTIZAR e ORGANIZAR todos os moradores - grupos de trabalho ou tarefa, comissões sobre creche, água, luz, posse da terra, transporte, esgoto, direitos trabalhistas, etc... A associação deve estar em contato permanente com os moradores.

A Associação deve ser o CENTRO DE PRESSÃO, evitar a burocratização e mantendo o contato com o pessoal da vila. Os moradores devem controlar as associações não permitindo os conchavos da diretoria com o governo, como acontece às vezes.

A organização só funciona se tiver a participação de todos. Todos devem ter chance de falar, de dizer sua opinião, de ser valorizado. Então, é preci-

so dividir em diversos grupos onde todos podem participar."

---

### MULHERES DE SÃO PAULO DISCUTEM PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA

---

No dia 2 de dezembro 500 mulheres que participam do Movimento Contra a Carestia, do Movimento Pró-Creche e das associações de bairro em São Paulo, reuniram-se em São Bernardo para discutir a "participação da mulher na política".

No encontro - tendo na direção a deputada popular Irma Passoni e a vereadora de São Bernardo Ivonne Soares - discutiram-se várias questões relativas à dificuldade que as mulheres sentem em assumir essas lutas paralelamente à sobrecarga do trabalho em casa, a falta de consciência das mulheres, a grande barreira que elas encontram por parte dos maridos à atuação delas fora de casa.

O Encontro teve inicialmente uma parte em que muitas mulheres colocaram suas experiências nestes diversos movimentos.

Em seguida foi passado um conjunto de slides apresentando vários problemas vividos pelas mulheres: a diferença de salário dos homens por um mesmo trabalho, a dispensa dos empregos por motivo de gravidez, a denúncia das condições em que se aborta no Brasil, etc.

Houve um pequeno intervalo para o almoço, após o que as mulheres se dividiram em grupos para discutir os 3 pontos propostos pela direção do Encontro:

1) Até agora, temos nos reunido, nos organizado, mas nossas lutas (movimento contra a carestia, loteamentos clandestinos, creche, água etc.) têm dado com a cara na porta do poder público (prefeitura, governo do Estado, SABESP, Palácio do Planalto, etc). Por que? Quais as saídas?

As respostas de uma maneira ge

ral denunciavam a falta de com prometimento do governo com as reivindicações da imensa maio ria da população brasileira. Denunciavam também a falta de representatividade deste governo que não foi eleito pelo povo. E viam a saída numa organização cada vez maior das cam das populares lutando contra este estado de coisas.

2) São muitas as dificuldades que impedem a participação da mulher nas lutas do povo. Diante disso o que fazer?

A compreensão de que a mulher é educada para o lar e não para a política justifica a passividade dela nas lutas sociais. Mas ela começa a se dar conta do seu papel, da pressoão milenar em que vive, e compreender o seu papel político

na transformação da sociedade. As mulheres começam a compreender que a política é um asunto de homens e mulheres.

3) É importante a participação política da mulher? De que forma?

O conjunto afirmou a importância da participação das mulheres nas lutas do povo brasileiro, lutando por melhores condições de vida, por creches, contra a carestia e também nas lutas que dizem respeito especialmente às mulheres, como salário igual para trabalho igual, contra a dispensa nos empregos por motivo de gravidez, contra a utilização do corpo das mulheres na propaganda, etc... sendo estas lutas vistas como específicas às mulheres.

# SERVIÇO

---

## GIBI DO TRABALHADOR

---

"É preciso assumir a defesa da saúde do trabalhador com a organização no interior das empresas, com o fortalecimento sindical, com a luta por melhores condições de vida e trabalho". Esse é um trecho da apresentação do 1º número do Gibi do Trabalhador - série saúde, publicado recentemente pela O boré Editorial Ltda.

Através de quadrinhos, de forma leve e criativa, o Gibi conta as conclusões da 1ª Semana de Saúde de Trabalhador(SemSAT), realizada no início do ano e patrocinada por 49 sindicatos e 6 federações de trabalhadores.

O Gibi pode ser adquirido através de cheque nominal para O boré Editorial Ltda, no valor

de Cr\$ 10,00 o exemplar. O endereço é Rua Caetés, 84 - Perdizes - CEP 05016 - SP.

---

## AS RELAÇÕES IGREJA-ESTADO NO BRASIL - 1964/1978

---

Sob esse título, o Centro de Pastoral Vergueiro vem publicando, na série Cadernos de Informação, um importante trabalho de levantamento dos principais acontecimentos que envolveram a Igreja Católica e o Governo Brasileiro a partir de 31 de março de 1964.

A obra é dividida em 4 fascículos, sendo que dois já estão publicados, e consiste numa coletânea ordenada de textos, documentos e discursos, entre outros, com comentários e análises que ajudam a fixar o con

---

## S E R V I Ç O

---

texto e extrair o significado dos momentos mais candentes do relacionamento Igreja-Estado no período, desenhando de forma clara a evolução dos posicionamentos de ambos os protagonistas.

Obra indispensável para quem pretende compreender os meandros desse tipo de relacionamento que possui importância incontestável para a vida do povo brasileiro, os fascículos de "as Relações Igreja-Estado no Brasil" podem ser solicitados ao Centro de Pastoral Vergueiro - Rua Vergueiro, 7290 CEP 04272 - SP.

### CADERNOS DO CEDI:

O Centro Ecumênico de Documen

tação e Informação acaba de lançar uma nova série de publicações, os CADERNOS DO CEDI, cuja idéia central é de "acompanhar os desafios mais candentes da Pastoral Popular e fornecer subsídios para os agentes que nela atuam".

A responsabilidade redatorial está a cargo da equipe do NOVA, cuja larga experiência no campo da Educação Popular é uma garantia da qualidade da nova publicação.

Saíram já dois números da série que podem ser encomendados a Tempo e Presença Editora Ltda, caixa postal 16.082 Rio de Janeiro CEP 22.221.

## **EQUIPES LOCAIS**

### **REGIONAL NORTE**

Escritório de Belém  
Rua Bernal do Couto n.º 1329  
(0912) 22.0318  
66.000 – Belém – PA

Escritório de Cametá  
Praça dos Notáveis n.º 38-B  
68.400 – Cametá – PA

Escritório de Santarém  
Av. Mendonça Furtado, 2475  
68.100 – Santarém – PA

Escritório de St. Antonio de Tauá  
Rua Pres. Vargas n.º 102  
68.786 – Sto Antonio de Tauá

Escritório de Santa Luzia  
Av. Newton Bello n.º 1032  
65.390 – Santa Luzia – MA

### **REGIONAL NORDESTE**

Escritório do Recife  
Rua Cedro 52  
Casa Amarela  
(0812) 268-3242  
50.000 – Recife – PE

Escritório de Garanhuns  
Rua Dr. José Mariano, 346  
761-1819  
55.300 – Garanhuns – PE

Escritório de Fortaleza  
Rua Francisca Clotilde n.º 680  
Porangabaçú  
60.000 – Fortaleza – CE

### **REGIONAL SUDESTE-SUL**

Escritório de São Paulo  
Rua Loefgren n.º 1651, Casa 6  
(011) 549.3888  
04.040 – São Paulo – SP

Escritório do Rio de Janeiro  
Rua Frubhbeck, 201 – Acari  
(021) 359-3972  
21.530 – Rio de Janeiro – RJ

Escritório de Vitória  
Rua 7 de Setembro n.º 529  
(0272) 223.7436  
29.000 – Vitória – ES

Escritório Porto Alegre  
Rua Gaspar Martins n.º 470  
(0512) 25.0787  
90.000 – Porto Alegre – RS



**FASE**

**Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional**

**Escritório Nacional: Rua das Palmeiras, 90 – ZC 01**

**Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134**

**22.270 – Rio de Janeiro (RJ)**